

U

LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

INOVAÇÃO E GOVERNANÇA ANTECIPATÓRIA NA TRANSIÇÃO ALIMENTAR: O CASO DA FOODLINK

Maria Fernanda Linares Ceballos

Relatório de Estágio

Mestrado em Design para a Sustentabilidade

Relatório de Estágio orientado pela Prof(a). Doutor(a) Ana Thudichum Vasconcelos e pela
Prof(a). Doutor(a) Mónica Truninger de Albuquerque de Medeiros Sousa

2023

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu Maria Fernanda Linares Ceballos, declaro que o presente relatório de estágio de mestrado intitulada Inovação e Governança Antecipatória na Transição Alimentar: O caso da FoodLink, é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas na bibliografia ou outras listagens de fontes documentais, tal como todas as citações diretas ou indiretas têm devida indicação ao longo do trabalho segundo as normas académicas.

O Candidato

Lisboa, 30 de outubro de 2023

RESUMO

Neste relatório apresenta-se um estágio curricular realizado em contexto profissional no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, o qual participa na rede FoodLink na construção da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. Este relatório está focado na área do Design para a Sustentabilidade, e pretende explorar as possíveis vias para desenhar um modelo de governança antecipatória a partir das atividades planeadas durante a formulação da estratégia.

Ao longo deste processo, foram implementados e desenvolvidos métodos de participação, que desempenharam um papel fundamental no mapeamento de Iniciativas e *Stakeholders* que foi preciso elaborar durante a fase de caracterização da estratégia. Dentro deste âmbito, realizou-se posteriormente uma sistematização dos dados recolhidos e uma análise aprofundada da informação acumulada, tendo como resultado o desenvolvimento de cartogramas que apresentam a informação e permitem elaborar um enquadramento dos dados mais relevantes como vias para pensar um modelo de governança antecipatória.

Finalmente, faz-se uma reflexão das aprendizagens no estágio e as possibilidades de incorporar o design nos métodos de participação que são precisos para o desenvolvimento de uma estratégia de transição alimentar.

Palavras-Chave:

Transição alimentar; Governança antecipatória; Processos participativos; Estratégia Alimentar; Design para a Sustentabilidade

ABSTRACT

This report presents a curricular internship carried out in a professional context at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon, which participates in the FoodLink network for the construction of the Strategy for Food Transition in the Lisbon Metropolitan Area. This report focuses on the area of Design for Sustainability and aims to explore possible ways of designing an anticipatory governance model based on the activities planned during the formulation of the strategy.

Throughout this process, participation methods were implemented and developed, which played a fundamental role in the mapping of Initiatives and *Stakeholders* that had to be drawn up during the strategy characterization phase. Within this framework, the data collected was then systematized and an in-depth analysis of the accumulated information was carried out, resulting in the development of cartograms that present the information and make it possible to draw up a framework of the most relevant data as a way of thinking about an anticipatory governance model.

Finally, there is a reflection on the lessons learnt during the internship and the possibilities for incorporating design into the participatory methods needed to develop a food transition strategy.

Keywords:

Food transition; Anticipatory governance; Participatory processes; Food Strategy; Design for sustainability

ÍNDICE

1. Introdução	1
1.1 Objetivos da Investigação	3
1.2 Metodologia	4
1.3 Organização do Relatório	5
2. Enquadramento Teórico	8
2.1 Transição Alimentar	10
2.2 A União Europeia como motor para uma transição alimentar	11
2.3 Transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.....	13
2.4 Governança participativa em processos de transição alimentar	15
3. Estágio.....	17
3.1 Caracterização da organização	17
3.1.1 Estrutura do ICS	18
3.1.2 Participação do ICS na FoodLink.....	19
3.1.3 Organização da equipa de trabalho.....	20
3.2 FoodLink: Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa	20
3.2.1 FoodLink: o que é?	21
3.2.2 Como nasceu a FoodLink e porquê?	22
3.2.3 Como funciona a FoodLink?	24
3.2.4 Governança na FoodLink	27
3.3 Construção da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa	29
3.3.1 Metodologia da Estratégia	31
3.3.2 Ponto de situação da Estratégia	34
3.3.2.1 Fase 1: Caracterização do SAM	34
3.3.2.2 Fase 2: Diagnóstico	37
3.4 Contributo da autora na Caracterização e Diagnóstico estratégico para a construção da Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa	37
3.4.1 Workshop: Estratégia de Planeamento Alimentar	39
3.4.2 Construção da primeira matriz de mapeamento de <i>Stakeholders</i> e iniciativas	

3.4.3	Partilha de matriz para ser preenchida pelos parceiros da FoodLink	46
3.4.4	Construção de gráficos a partir da informação recolhida	50
3.4.5	Cartogramas para o mapeamento de Iniciativas e <i>Stakeholders</i> da AML ...	51
3.4.6	<i>Willing to Act</i>	56
3.4.7	Reuniões Sectoriais.....	58
3.5	Governança Antecipatória partir de processos participativos	60
3.5.1	Processos participativos na elaboração da ETA-AML.....	62
4.	Conclusões	65
5.	Considerações Finais	67
6.	BIBLIOGRAFIA	69

Índice de figuras

Figura 1 - Esquematização das fases do estágio enquadradas na Estratégia para a Transição Alimentar da AML. Elaboração própria.	7
Figura 2 - Pacto Ecológico Europeu (CE, 2019).....	12
Figura 3 - Estratégia do Prado ao Prato (CE, 2020).....	13
Figura 4 - Organização equipa Estratégia Alimentar AML. Elaborada pela equipa ICS	20
Figura 5 - Fotografia do território. CCDRLVT et al., 2022.....	22
Figura 6 - Compromissos FoodLink. (CCDRLVT et al., 2022)	27
Figura 7 - Modelo Conceptual para a definição da Estratégia Alimentar na AML. (Oliveira, 2022).....	28
Figura 8 - Modelo Conceptual para a definição e implementação da Estratégia Alimentar na AML. (Oliveira, 2022).....	31
Figura 9 - Plano de envolvimento e participação de atores na ETA – AML. (Oliveira et al., 2023)	32
Figura 10 - Síntese da metodologia para a elaboração da ETA-AML e do Entregável #2. (Oliveira et al., 2023). Edição gráfica feita pela autora.	34
Figura 11 - Metodologia e atividades para a elaboração da ETA-AML.....	38
Figura 12 - Primeiro Workshop para a elaboração da Estratégia para a Transição Alimentar da AML	40
Figura 13 - Resultado do mapeamento colaborativo dos <i>Stakeholders</i> com relevância para alavancar a instalação de projetos pilotos para a dinamização do sistema alimentar metropolitano, à escala nacional, regional e municipal. Elaboração própria.	52
Figura 14 - Resultado do mapeamento colaborativo das Iniciativas em curso com relevância para alavancar a instalação de projetos pilotos para a dinamização do sistema alimentar metropolitano, à escala nacional, regional e municipal. Elaboração própria.	53
Figura 15 - Representação da classificação de <i>Stakeholders</i> de acordo as suas categorias. Elaboração própria.	54

Figura 16 - Representação da classificação de Iniciativas de acordo ao seu foco. Elaboração própria.	55
Figura 17 - Representação da quantidade de Iniciativas e <i>Stakeholders</i> . Elaboração Própria.	55
Figura 18 - Esquematização do conceito <i>Willing to Act</i> . Elaboração Própria.	57
Figura 19 - Esquema do processo participativo: Reuniões Sectoriais. Elaboração Própria.	58
Figura 20 - Síntese da ligação entre Governança participativa e Governança Antecipatória. Elaboração própria.	61
Figura 21 - Representação dos processos participativos desenvolvidos e a sua relação com o design. Elaboração própria.	63

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Cronograma para o desenvolvimento do Workshop para a Estratégia de Planeamento Alimentar da AML. Elaborado pela equipa ICS.	41
Tabela 2 - Categorias para a Sistematização das Iniciativas recolhidas no Workshop. Elaboração própria.	45
Tabela 3 - Categorias para a Sistematização dos <i>Stakeholders</i> recolhidos no Workshop. Elaboração própria.	45
Tabela 4 - Instruções de preenchimento da matriz para a recolha de Iniciativas, <i>Stakeholders</i> , e Iniciativas com potencial para alavancar a Instalação de Parques Agroalimentares. Elaboração própria.	49
Tabela 5 - Análise dos resultados por Município do exercício de recolha de informação. Elaboração própria.	50

1 Introdução

Os sistemas alimentares são o coração de uma cidade. Mantendo-a viva e pulsante, eles fornecem os alimentos essenciais, contribuindo para uma boa qualidade de vida da população, sustentam a economia local ao criar empregos e impulsionar o comércio, e preservam a identidade cultural ao refletir as tradições gastronômicas únicas da região. A garantia do acesso a uma alimentação adequada, acessível, nutritiva e segura para todos os habitantes constitui uma obrigação intrínseca de qualquer cidade para com seus cidadãos. Esse compromisso não apenas promove o bem-estar social, mas também motiva a população a construir uma cidadania participativa que contribua ao desenvolvimento urbano, fortalecendo os laços comunitários e fomentando uma sociedade mais inclusiva e engajada em desafios urbanos.

No entanto, as soluções alimentares convencionais que as cidades vêm implementando, generalizadas a partir dos anos 60 do século passado, são lineares, fortemente globalizadas e industrializadas. (Ferreiro et al., 2020) O seu caráter massivo afasta-se das necessidades sociais e ambientais das cidades, têm um papel limitado nesta responsabilidade. Os sistemas alimentares têm vindo a ser construídos baseados num sistema mercantil, portanto, acabam por dar relevância aos acordos de comércio alimentar que implicam um melhor benefício económico a curto prazo, ignorando os impactos negativos sociais, ambientais e económicos que podem causar no longo prazo.

Esta tendência tem sofrido mudanças significativas com o advento do pós-produtivismo e a crescente urgência de recuperar e preservar os recursos naturais, tais como o solo cultivável e a água potável, os quais são fundamentais para garantir a nossa subsistência futura. (Ferreiro et al., 2020) No meio de uma crise climática, social e económica, que veio a ser ampliada por uma crise pandémica, as cidades foram pressionadas a assumir um papel mais ativo como agentes de mudança dentro dos sistemas alimentares. Sendo as zonas com mais concentração de população, foi preciso reforçar a necessidade de compreender a alimentação como um sistema local que garanta segurança alimentar e apoie as partes que o constituem.

Assim, começou a pensar-se na necessidade de uma **transição alimentar**, um processo de mudança necessária para garantir o que deveria ser um direito para todos os cidadãos.

Uma alimentação saudável e sustentável que esteja alinhada com uma abordagem ecológica, que se adapte às alterações climáticas e que contribua para a conservação e benefício dos ecossistemas. Simultaneamente, conceber infraestruturas com o objetivo de descarbonizar a economia e criar mercados que incentivem o desenvolvimento local e a preservação da identidade cultural. (Oliveira & Truninger, 2022)

A alimentação é um tema que está presente na vida de todos os cidadãos, e tem um papel primordial na saúde e bem-estar da sociedade. Reconhecer a sua importância a partir de todos os ângulos requer entender a produção, distribuição, consumo e gestão de resíduos, como conceitos inerentes a ela, que dependem uns dos outros e devem ser percebidos como um sistema.

A Área Metropolitana de Lisboa (AML), começou a reconhecer a importância desta visão sistémica, com a consolidação da FoodLink - Rede para a transição alimentar da AML. Fazendo, assim, parte das cidades que assumiram um papel mais ativo neste processo de transição alimentar. Com a consolidação desta rede, foi possível juntar esforços dirigidos a construir sistemas alimentares sustentáveis e resilientes. Em consequência, estabeleceu-se a elaboração de uma Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (ETA-AML), que será o foco deste trabalho.

O presente relatório corresponde ao registo e análise das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio académico para o mestrado de Design para a Sustentabilidade. Desenvolveram-se uma série de atividades com o objetivo de apoiar a construção da Estratégia para a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa durante a fase de caracterização e diagnóstico estratégico. Assim, visou explorar vias para o desenho de um modelo de governança antecipatória. Para isso, descrevem-se neste relatório as principais atividades desenvolvidas durante o estágio académico, e faz-se uma reflexão a partir de uma perspetiva de design sobre os processos participativos que se desenvolveram dentro da rede FoodLink, nos quais a autora participou ativamente durante o desenvolvimento do estágio.

O estágio foi realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (doravante ICS), instituto académico responsável por elaborar, em conjunto com outras entidades (CCDR-LVT e AML), a Estratégia para a Transição Alimentar na Área

Metropolitana de Lisboa. O estágio teve uma duração de cinco meses e foi desenvolvido sob a orientação da coordenadora pelo projeto de elaboração da Estratégia no ICS (e no âmbito da rede FoodLink), a Doutora Rosário Oliveira, também responsáveis pela coordenação das atividades diárias no decorrer do mesmo. As responsáveis pela supervisão académica foram a Professora Doutora Mónica Truninger, e a Professora Doutora Ana Vasconcelos Thudichum, as quais acompanharam e orientaram o trabalho realizado no âmbito do mestrado de Design para a sustentabilidade.

1.1 Objetivos da Investigação

Objetivo Geral

Através do estágio académico compreender o funcionamento da FoodLink -Rede para a Transição Alimentar na AML e as dinâmicas de trabalho desenvolvidas para o desenho da Estratégia de Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, tendo em conta a exploração de vias possíveis para desenvolver um modelo de governança antecipatória. Este conceito, refere-se a processos de governança no presente que pretendem antecipar futuros incertos mediante a identificação de pontos de convergências, onde processos de priorização de ações dentro de um sistema são moldados.(Muiderman et al., 2022)

Objetivos Específicos

- Entender as dinâmicas da FoodLink, percebendo como se articulam os atores envolvidos no Sistema Alimentar da AML.
- Identificar os principais desafios da FoodLink na formulação de um modelo de governança antecipatória através dos processos participativos desenvolvidos durante o estágio académico.
- Analisar os dados recolhidos nos processos participativos e perceber como podem contribuir no desenho de um modelo de governança antecipatória.
- Identificar as oportunidades de ação e inovação no sistema alimentar a partir de uma perspetiva de design para a sustentabilidade.

1.2 Metodologia

O tipo de investigação desenvolvido neste estágio é de âmbito exploratório. Neste projeto vai dar-se continuidade a processos que já estão a ser desenvolvidos na FoodLink, portanto, o objetivo é compreender esses processos já existentes e estudá-los a partir de uma visão do design como um processo sistémico e de inovação.

Durante a investigação adotou-se a orientação epistemológica construtivista. Ou seja, a pesquisa realizada para este projeto considerou que toda a realidade significativa enquanto tal, depende das práticas humanas, sendo construído nas interações entre os seres humanos e a sua realidade. Por outras palavras, este é um conhecimento que é socialmente construído e não descoberto. (Crotty, 2015). Assim, através da análise dos discursos e interações dos atores que fazem parte da rede FoodLink, compreenderam-se os objetivos, opiniões, visões, experiências e significados relevantes para a construção de um caminho coerente em direção a transição alimentar.

Ao mesmo tempo, foi criado um percurso de investigação aberto às premissas e princípios de um modelo de governança antecipatória. Isto é, um método para reconfigurar a cultura de governança já existente de forma a tornar esta mais antecipatória, ágil e adaptativa. (Oliveira et al., 2023) O conceito de antecipação, pode entender-se como um processo que tenta encontrar sentido nos futuros incertos. Portanto, enquadrado na governança pode trazer suposições fundamentadas sobre a gestão dos cenários futuros, que esclareçam as implicações das decisões e ações no presente. (Muiderman et al., 2022) Por isso, foi fundamental ter acesso privilegiado à organização interna da FoodLink e obter permissão para consultar informações de gestão e organização dos programas que se estão a desenvolver na rede.

A pesquisa baseou-se na recolha de dados documentais e qualitativos, seguido de um análise de dados e um diagnóstico de possíveis vias para chegar a um modelo de governança antecipatória. Desenvolveram-se três processos participativos com a comunidade da rede FoodLink, nomeadamente um primeiro Workshop de recolha de informação, a construção de uma base de dados de forma coletiva e um segundo Workshop de discussão e identificação de pontos de conflito. Estes processos

participativos representam a maior fonte de informação do presente relatório e são o componente que destaca o carácter inovador da ETA-AML desenvolvida pela FoodLink.

Sendo este o resultado do estágio académico realizado no ICS, a participação da autora dentro destes processos participativos desenvolvidos no âmbito da construção da ETA-AML focou-se no registo e sistematização de toda a informação coletada e no apoio de atividades logísticas relacionadas ao desenvolvimento das mesmas. A autora participou de todas as reuniões feitas pela FoodLink num papel de observadora e ouvinte, conseqüentemente o análise e diagnóstico teve uma participação ativa por parte da autora, conseguindo trazer uma visão externa e neutral da informação aprendida durante as dinâmicas da FoodLink.

1.3 Organização do Relatório

A presente investigação está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo é introduzido o Tópico de pesquisa juntamente com os Objetivos da investigação e a Metodologia que se usou para o seu desenvolvimento.

O segundo capítulo corresponde ao Enquadramento teórico, no qual é realizada uma revisão da literatura, nacional e internacional, que enquadra os principais conceitos trabalhados durante o estágio, e sobre os quais foi preciso aprofundar para perceber o funcionamento da rede de transição alimentar e o papel da governança antecipatória dentro do mesmo.

No terceiro capítulo descrevem-se as várias actividades realizadas no estágio académico. Sendo um capítulo bastante extenso, este foi dividido em 5 subcapítulos. No primeiro (3.1) faz-se um enquadramento do ICS, instituição onde se realizou o estágio. Explica-se a sua relação com a FoodLink no âmbito do desenvolvimento da Estratégia para a Transição Alimentar. De seguida, na secção 3.2 caracteriza-se a FoodLink, abordando o trabalho que a rede tem realizado na sua consolidação, bem como a relevância que tem tido para o desenvolvimento do território da AML. Depois, no subcapítulo 3.3, apresentam-se o desenho e construção da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, expondo a estrutura da sua elaboração e fazendo um ponto de situação sobre o estado atual em que se encontra,

definindo os avanços que se fizeram até ao termino do estágio em meados de 2023. Já tendo uma ideia clara do estado da Estratégia Alimentar, no capítulo 3.4, descrevem-se as contribuições da autora como estagiária dentro do ICS em parceria com a FoodLink. Neste sentido, aprofunda-se o trabalho desenvolvido dividido em 6 fases, as quais constituíram o processo de caracterização e diagnóstico a partir do mapeamento de Iniciativas e de *Stakeholders* para a identificação de vias possíveis de desenho e construção de um modelo de governança antecipatória. (Ver figura 1) Depois de descrever as fases do trabalho desenvolvido, no capítulo 3.5, faz-se uma breve análise dos processos participativos que se implementaram no percurso do estágio. Estes processos participativos acabaram por revelar-se como momentos de consulta fundamentais para o desenho e construção de um modelo de governança antecipatória.

Finalmente, no capítulo 4 e 5, expõem-se as conclusões decorrentes da presente investigação, bem como procede-se à colocação de novas questões de pesquisa que podem ser pertinentes abordar em futuros trabalhos.

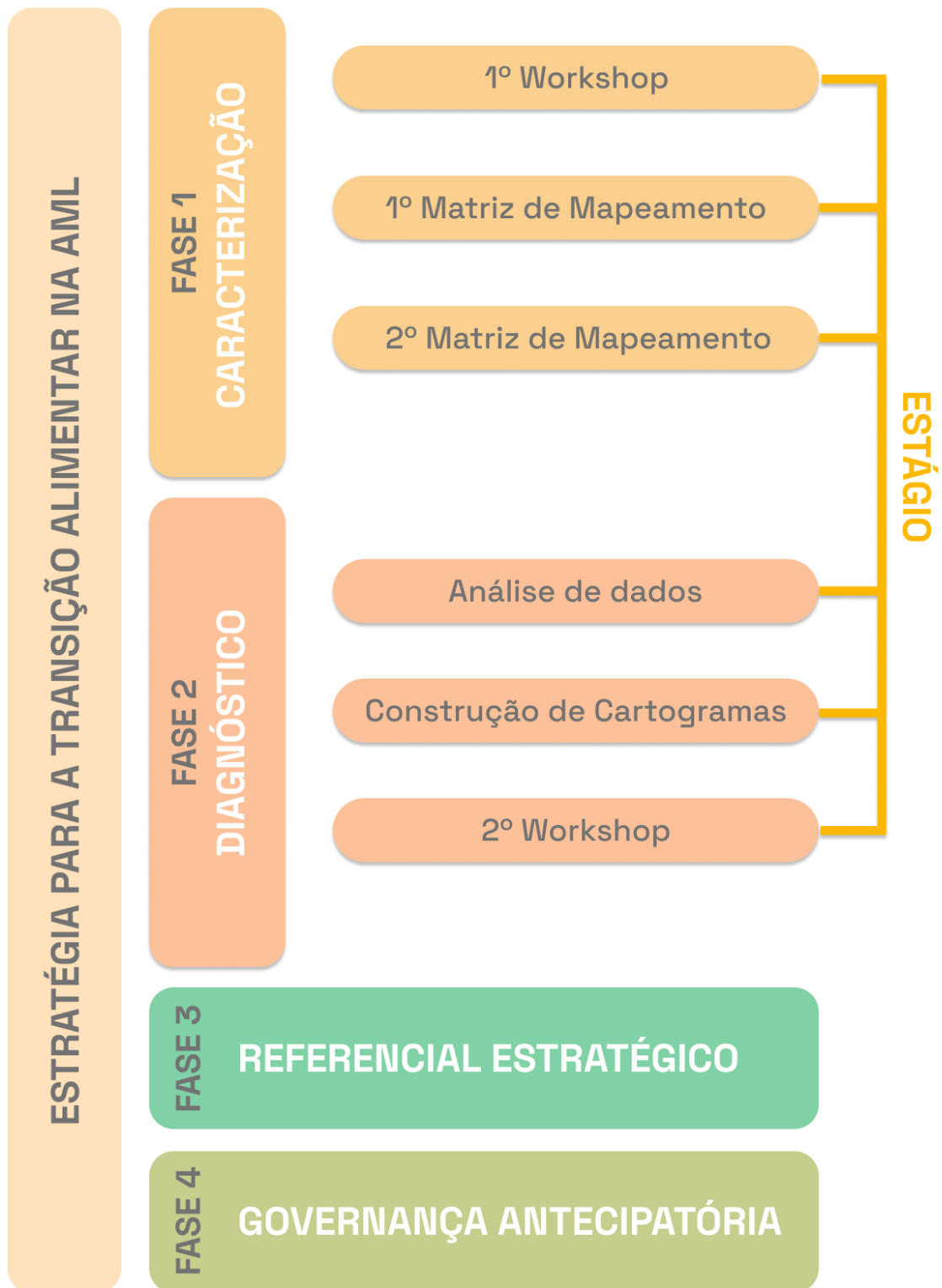


Figura 1 - Esquematização das fases do estágio enquadradas na Estratégia para a Transição Alimentar da AML. Elaboração própria.

2 Enquadramento Teórico

Durante décadas a economia capitalista e industrial alimentar tem vindo a beneficiar os interesses dos grandes produtores e as empresas do grande retalho e distribuição alimentar. Tal situação privilegia o desenvolvimento de sistemas alimentares com base num modelo intensivo e produtivista que precisa de mecanismos de eficiência que se sobrepõem, muitas vezes, às preocupações ambientais e sociais. O uso de agroquímicos, os monopólios de culturas intensivas (por exemplo, a cultura de abacate no Algarve, o olival super-intensivo cultivados em alguns dos melhores solos de Beja, as grandes extensões de amendoal no Alentejo) fazem colocar em segundo plano as preocupações com a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. Ao mesmo tempo que causa um grande impacto social, nomeadamente em relação à saúde dos trabalhadores agrícolas e às suas condições laborais (Ferreiro et al., 2020). Vejam-se os escândalos de habitação precária e condições de vida indignas dos imigrantes que trabalham naquele tipo de explorações e que ficaram a descoberto durante a pandemia da COVID-19 (por exemplo, o caso de Odemira muito mediatizado nas notícias).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), estima-se que embora o planeta produza alimento para prover uma alimentação saudável diária a 12 mil milhões de habitantes, o desperdiço e a má gestão dos sistemas alimentares, condena milhões de seres humanos a sofrer de fome (FAO, 2021). Só em Africa, 74% da população da República do Congo é reconhecida como população de risco com subnutrição devido ao baixo acesso aos alimentos. (FAO, 2021) O que evidencia que as dinâmicas de produção massiva não são em prol da segurança alimentar das comunidades, e que a transição para sistemas alimentares mais sustentáveis é urgente.

A tecnologia tem avançado promovendo uma dinâmica de produção massiva de alimentos através do desenvolvimento de tecnologias agrarias de ponta que permitem produzir e distribuir alimentos com grandes benefícios económicos e comerciais. Teoricamente a eficiência tecnológica consegue garantir muito mais do que as necessidades alimentares do mundo, porém, a falta de equidade no acesso à alimentação coloca em cheque a segurança alimentar das comunidades mais vulneráveis do planeta.

A acrescentar a estes desenvolvimentos, o fenómeno da urbanização continua a aumentar ainda hoje. Mais de metade da população mundial vive em cidades e espera-se que ainda cresça mais até 60% nos próximos 20 anos. (Saraiva, 2017). Portanto, surge a pergunta de como os modelos alimentares que já tem um impacto alarmante no ambiente e que não garantem a segurança alimentar, vão conseguir gerir o crescimento da população com a diminuição de recursos naturais, a degradação da terra e o aquecimento global? (Oliveira & Cancela, 2017). Tal não será possível sem uma mudança sistémica.

As cidades contribuem direta e indiretamente para o impacto global através do uso de energia, solos, recursos naturais, contribuindo para o agravamento das alterações climáticas. Cada vez é mais evidente nas cidades de rápido crescimento, uma crescente dependência de recursos alimentares importados que precisam de infraestruturas impulsionadas por combustíveis fósseis. Tornando assim as cidades, conforme as entendemos atualmente, intrinsecamente insustentáveis. (Burger et al., 2019)

No entanto, as cidades também representam um ponto chave para o desenvolvimento de soluções orientadas para a transição alimentar em prol da sustentabilidade global através do planeamento sustentável e inovador, governança participativa, economias de escala em infraestrutura e gestão inteligente dos recursos a nível local. (Galli et al., 2020) O contexto urbano faz com que a transição para sistemas mais sustentáveis deixe de ser uma opção e venha a ser uma urgência. Então, o desafio de compreender e prever de que forma as organizações e as dinâmicas sociais podem impactar as interações entre a natureza e a sociedade tornou-se uma responsabilidade das cidades. (A Bettencourt et al., 2007)

Neste contexto, as cidades surgiram como novos agentes da política alimentar a nível mundial, redimensionando assim a governança alimentar a nível local. (Zerbian & de Luis Romero, 2023) Reconhecendo também, a complexidade dos sistemas alimentares como meios para atingir a segurança alimentar. O que leva a criação de estratégias alimentares urbanas e mecanismos de governança alternativos onde seja possível articular a sociedade civil, as entidades privadas e as administrações locais. (Moragues-Faus & Morgan, 2015)

2.1 Transição Alimentar

As crises pandêmicas, climáticas e econômicas ocorridas na década passada têm atrasado significativamente os esforços para erradicar a fome e a desnutrição. De acordo com os dados do ano passado compilados pela FAO, a situação da pandemia gerou um impacto negativo sem precedentes na economia global. Levando ao agravamento da segurança alimentar e a tornar urgente ações imediatas e efetivas nos sistemas alimentares.(FAO, 2021) No âmbito desta crise foi possível ver que as políticas alimentares desenvolvidas em uma escala de governança superior ou *Top-Down*, apresentam deficiências significativas na abordagem da questão subjacente da segurança alimentar. (Sonnino & Spayde, 2014)

A alimentação inevitavelmente, é um dos maiores motores da economia, por tanto, um cenário alimentar que não é sustentável em tempos de crise, não é viável. É preciso promover a construção e desenho de modelos sustentáveis que contribuam na mitigação da crise climática e para a estabilidade econômica. Assim, os sistemas alimentares estão a enfrentar um desafio de transição importante. (Ferreiro et al., 2020). Uma mudança em direção a ações de redução do impacto ambiental e a consideração de aspectos sociais, conforme estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com Sul (2022), é necessário promover um caminho urgente e estratégico para a transição alimentar.

“À medida que as crises pandêmica, geoestratégica e climática impactam os sistemas alimentares das cidades, a transição alimentar torna-se mais urgente. Os atores, os conhecimentos, as ferramentas e as iniciativas já existem, mas, para tornar o metabolismo urbano mais resiliente, é preciso um denominador comum: uma visão estratégica. E essa só existe com uma boa governança.” (Sul, 2022)

Para fazer esta transição, é preciso intervir num sistema complexo de base territorial, que envolve diversos atores, e estabelece conexões entre produtores de alimentos e consumidores. Esta intervenção deve ter sempre um foco na sustentabilidade e na valorização dos serviços dos ecossistemas. (Oliveira & Truninger, 2022)

A transição alimentar pode ser entendida como a implementação de práticas alimentares sustentáveis, que assegure uma alimentação mais saudável baseada em sistemas alimentares de proximidade que diminuam as pressões globais resultantes da procura do mercado de alimentos à escala mundial, ao mesmo tempo garantindo a segurança alimentar em todas as suas dimensões. Tendo em conta que a implementação de hábitos alimentares que usam menos recursos também requer reduções significativas nos desperdícios ao longo das etapas de produção, distribuição e consumo de alimentos. (Oliveira & Truninger, 2022).

As administrações locais nas cidades podem desempenhar um papel relevante e significativo no processo de transição alimentar. No entanto, as iniciativas locais enfrentam grandes desafios para produzir impactos significativos na sustentabilidade ambiental global, dada a sua escala, autonomia e poder de decisão política. (Galli et al., 2020) Por isso, é muito importante promover iniciativas “*bottom up*” de forma a capacitá-las para se poderem articular com as administrações locais ou as entidades que tenham algum poder de decisão nas políticas públicas territoriais.

2.2 A União Europeia como motor para uma transição alimentar

As fragilidades dentro do sistema alimentar global começaram a ser muito notórias devido à crescente inadequação do seu modelo de desenvolvimento. Aspectos como “disrupção das cadeias de abastecimento, fragmentação dos locais de produção e consumo, desequilíbrio na distribuição de valor entre os diferentes setores da cadeia de abastecimento, ameaças à soberania e segurança alimentar” foram-se revelando ao longo do tempo (Ferreiro et al., 2020) impactando diretamente a estabilidade e a sustentabilidade do sistema.

O processo de perceber a necessidade de fazer uma transição dos modelos alimentares convencionais para alternativas sustentáveis, veio a assumir uma verdadeira importância dentro dos desafios globais. Em 2015 foi lançado o Pacto Alimentar Urbano de Milão, que juntou cidades de todo o mundo com o fim de fazer um acordo internacional para desenvolver sistemas alimentares sustentáveis que sejam inclusivos, resilientes, seguros e diversos, que forneçam alimentos saudáveis e acessíveis a todas as pessoas no âmbito dos direitos humanos, que minimizem o desperdício e conservem a biodiversidade,

adaptando-se e mitigando os impactos das alterações climáticas. (Milan Urban Food Policy Pact, 2015)

Posteriormente, a questão de transição alimentar reforçou-se com o Pacto Ecológico Europeu, o qual tem incentivado os estados-membros, inclusive Portugal, a implementar iniciativas para se alinhar com os desafios propostos (ver a base de dados do projecto Shared Green Deal com várias iniciativas europeias de promoção de uma alimentação mais sustentável no âmbito da Estratégia do Prado ao Prato. Link: <https://database.sharedgreendeal.eu/>).

O Pacto Ecológico Europeu é uma estratégia da União Europeia para promover a construção de uma Europa mais equitativa e próspera, com uma economia eficiente, competitiva e respeitosa do ambiente e da sociedade. Neste pacto, incentiva-se, através da Estratégia do Prado ao Prato, à transição alimentar que respeite os objetivos que se tem para 2050. Todos os países que pertencem a UE tem de cumprir com ações alinhadas com os objetivos (ver figura 2).

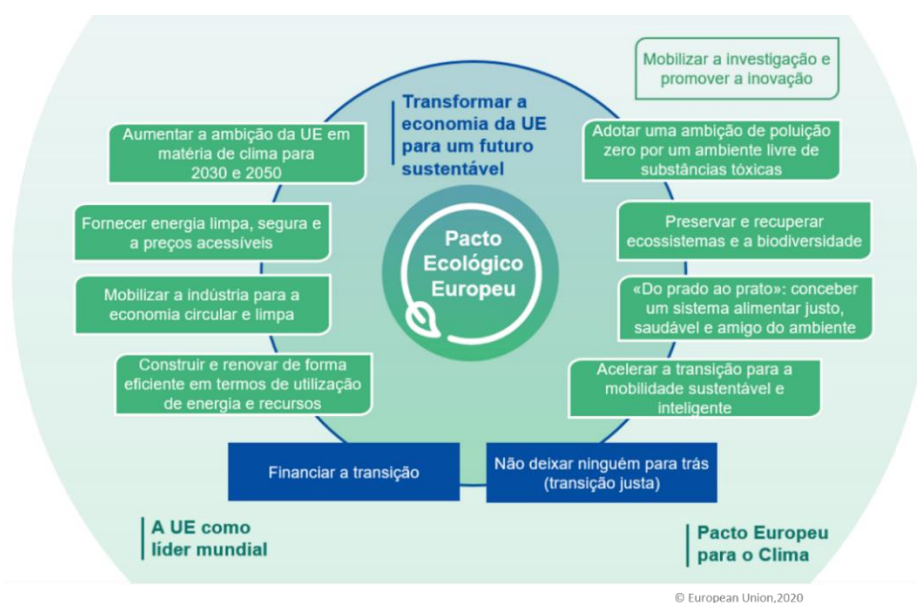


Figura 2 - Pacto Ecológico Europeu (CE, 2019)

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a estratégia do Prado ao Prato pretende ajudar a atingir a neutralidade climática até 2050 através da transição alimentar para um modelo

mais sustentável e resiliente. Esta estratégia gerou uma grande oportunidade para a Área metropolitana de Lisboa, pois permitiu enquadrar projetos que promovem a transição alimentar, assegurando o abastecimento e segurança alimentar, a promoção de preços ao consumidor mais justos, e apoiando uma produção sustentável e consumo saudável e inclusivo (veja-se o exemplo do projecto europeu FoodClic, com início em setembro de 2022, onde o ICS é parceiro. Link: <https://foodclic.eu/>).



Figura 3 - Estratégia do Prado ao Prato (CE, 2020)

A pandemia da Covid-19 foi outro dos fatores importantes para intensificar a necessidade de uma transição alimentar. O agravamento das deficiências no sistema alimentar enfatizou a urgência e a necessidade de impulsionar a transição alimentar em direção a modelos mais sustentáveis, intensificando os esforços de coordenação e governança ao nível europeu. (Ferreiro et al., 2020)

2.3 Transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

Em Portugal, apesar do nível de autoabastecimento alimentar ser elevado, situando-se em torno dos 75% em 2013, o défice alimentar, juntamente com o défice energético, são limitações fundamentais na economia do país (GPP, 2016). Estes indicadores, por si só, realçam a importância estratégica do planeamento agroalimentar. (Oliveira & Cancela, 2017). É preciso garantir uma alimentação responsável e sustentável, envolvendo assim,

a necessidade de posicionar a alimentação como um elemento central do modelo de planeamento e desenvolvimento territorial. (Oliveira & Truninger, 2022)

O exercício de colocar a alimentação como um aspeto central do modelo de planeamento territorial tem sido experimentado em diferentes cidades da Europa. No entanto, em Portugal, ainda estão a ser dados os primeiros passos para articular as iniciativas que já existem, nomeadamente as que tem a ver com o estabelecimento de circuitos curtos alimentares e ações concretas de transição alimentar. (Oliveira & Truninger, 2022) Para este fim, consolidou-se um dos maiores avanços que a AML deu em relação à transição alimentar: uma rede que reúne um conjunto de atores locais, regionais e nacionais do sistema alimentar da AML como grupo de trabalho focado na construção de uma visão estratégica para a transição alimentar durante a próxima década. Inicialmente surge como a Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares (RMPA) para depois evoluir e converter-se em FoodLink - Rede para a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.

A Área Metropolitana de Lisboa é um território que tem múltiplas iniciativas que tentam melhorar os sistemas alimentares ditos convencionais, promovendo projetos de índole territorial e social, que fomentam praticas sustentáveis e de inclusão social. A FoodLink pretende articular estes projetos dentro de uma estratégia baseada no ordenamento e gestão do território que inclua dinâmicas inovadoras que otimizem a integração das várias partes do sistema alimentar, promovendo um abastecimento alimentar de proximidade, garantindo segurança alimentar e produtos de qualidade para os consumidores da área metropolitana. Do lado do consumo, pretende promover a mudança de hábitos alimentares que ajudem ao desenvolvimento de um sentimento de pertença ao território e que fomentem dietas mais saudáveis, resilientes e inclusivas. Finalmente, pretende-se também dinamizar uma economia baseada nos princípios da sustentabilidade, onde se apoiem modelos de negócio inovadores congruentes com as necessidades da transição alimentar. (Oliveira & Truninger, 2022)

2.4 Governança participativa em processos de transição alimentar

Nesta nova agenda global, as cidades transformaram-se em espaços onde a boa governança pode prosperar. Assim, os instrumentos de governança alimentar urbana são considerados como um possível mecanismo para contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o apoio da transição alimentar que se pretende desenvolver, justificados também na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. (Zerbian & de Luis Romero, 2023)

A governança trabalhada dentro de sistemas com um enfoque de natureza complexa, transversal, multinível, incerta, e com múltiplos atores, como são os sistemas alimentares, adquire uma conotação inovadora. Implica um desafio na coordenação e cooperação entre os diversos agentes inseridos, em redes verticais e horizontais, dentro do território. (Yacamán & Olmo, 2014) Os sistemas alimentares estão enquadrados por entidades e atores regidos por políticas públicas do território; no entanto, geralmente não existem canais de participação e decisão acerca destas políticas, tornando difícil garantir que todos os interessados sejam ouvidos.

Múltiplas pesquisas académicas, tem documentado a criação e a evolução de espaços intersectoriais de deliberação, como os conselhos de política alimentar ou as redes alimentares. Estes grupos reúnem as partes interessadas do governo, da sociedade civil e do sector privado para adotarem uma abordagem holística e de base local para a reforma da política alimentar. (Vara-Sánchez et al., 2021). Neste caso, abre-se uma porta alternativa à governança territorial, a partir de uma abordagem "bottom up", que será a perspectiva usada dentro da rede FoodLink e que posteriormente será aprofundada.

Segundo Yacamán (Yacamán & Olmo, 2014), na sua experiência de gestão para a construção de um Parque Agroalimentar em Fuenlabrada, Espanha, com o objetivo de alcançar um projeto territorial bem articulado com os interesses dos atores agrários e da cidade, foi necessário garantir três componentes em relação à participação e à gestão: a participação ativa das autoridades públicas locais, o envolvimento de uma figura de gestão capaz de catalisar as diferentes iniciativas dentro do território e, por último, a disposição por parte de todos os agentes para construir cenários do futuro coletivamente (Yacamán & Olmo, 2014)

A governança, portanto, é uma ferramenta chave na construção de dinâmicas de transição nos sistemas alimentares urbanos. A sua intervenção a nível local é muito útil para articular os componentes de espaços vivos, com um papel ativo por parte dos atores que desejam gerir o seu território. Ao contrário dos níveis de governação mais elevados, as cidades reconheceram que os desafios da segurança alimentar estão inter-relacionados e que são necessárias políticas integradas para os alcançar. (Zerbian & de Luis Romero, 2023)

É importante ver, então, na transição alimentar, a governança como algo intrinsecamente participativo. A participação representa um desafio importante para a governança trabalhada na rede alimentar, uma vez que os detentores de direitos e as partes interessadas, incluindo a população local, as comunidades locais, os jovens, as empresas e as ONGs, devem ser tidos em conta. No entanto, esse desafio resultará em uma boa governança e uma participação efetiva. Isso implica uma tomada de decisões inclusiva e uma gestão adaptativa integrada em um processo horizontal no qual a dinâmica do poder é reequilibrada. Maior participação, quando possível, leva frequentemente a uma maior aceitação e apoio público às ideias criadas em conjunto (Yuan & Lo, 2022)

3 Estágio

O estágio académico para a realização e conclusão do trabalho final do Mestrado em Design para a Sustentabilidade na Universidade de Lisboa, foi realizado no Instituto de Ciências Sociais (ICS), dentro do âmbito da construção da Estratégia para a transição alimentar na Área metropolitana de Lisboa. Dado que o ICS é um dos membros ativos e coordenadores da rede FoodLink, o estágio esteve imerso nas dinâmicas que se desenvolveram dentro do âmbito da rede. Assim, a autora deste relatório desenvolveu as suas tarefas como membro da equipa de investigação do ICS, que coordena o desenvolvimento da Estratégia dentro da rede FoodLink.

A duração oficial do estágio foi de 4 meses, de 15 de janeiro a 15 de maio de 2023. No entanto, surgiu a oportunidade de continuar a trabalhar colaborando dentro da mesma equipa, sob a supervisão de Rosário Oliveira, coordenadora da equipa do ICS e responsável no âmbito da formulação da Estratégia para a Transição Alimentar da AML. Desta forma, foi possível ter uma melhor aproximação às interações dentro da rede e ao processo desenvolvido para a construção da Estratégia.

Assim compreendeu-se a importância da governança antecipatória como ferramenta para que o plano de ação possa ser articulado com os agentes da rede. Tendo em conta que cada agente tem o seu próprio funcionamento como entidade ou organizações independentes, é preciso pensar à priori, como é que se podem organizar para interagir visando um mesmo propósito.

3.1 Caracterização da organização

O Instituto de Ciências Sociais (ICS) é uma instituição académica dedicada à pesquisa e ao ensino nas áreas das ciências sociais. Localizado em Lisboa, Portugal, com a sede principal na Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189-Lisboa, o ICS faz parte da Universidade de Lisboa e é reconhecido pelas suas atividades de pesquisa interdisciplinar em campos como sociologia, antropologia, ciência política, história, psicologia social, geografia e economia.

A missão do Instituto de Ciências Sociais é promover a pesquisa avançada, o ensino de qualidade e a contribuição para o entendimento e a solução de questões sociais complexas. Para este fim tem constituídos diversos grupos de investigação integrados por pesquisadores e estudantes que contribuem significativamente para a comunidade académica e a sociedade em geral, oferecendo contributos valiosos sobre uma ampla variedade de questões sociais e políticas.

3.1.1 Estrutura do ICS

Atualmente, o ICS possui sete grupos de investigação, cada um focado num tema diferente e fortalecido por vários projetos desenvolvidos no âmbito da pesquisa.

Os grupos de investigação são:

- Diversidades: Etnografias no Mundo Contemporâneo
- Impérios, Colonialismo e Sociedades Pós-Coloniais
- LIFE: Percursos de Vida, Desigualdade e Solidariedade: Práticas e Políticas
- Memória, História e Sociedade
- Regimes e Instituições Políticas
- **SHIFT: Ambiente, Território e Sociedade**
- SPARC: Social and Political Attitudes: Resilience and Change

O grupo de investigação em que o estágio se enquadrava foi o SHIFT: Ambiente, Território e Sociedade. O objetivo deste grupo de investigação é promover pesquisas inter e transdisciplinares que se fundamentem em análises críticas e reflexivas, visando à criação de conhecimento inovador sobre as dinâmicas sociais, territoriais e de governança subjacentes aos desafios socio ecológicos, bem como sobre as estratégias de transição para sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis. (ICS, n.d.)

As principais linhas de investigação deste grupo são:

- Ambiente, ação climática, energia e risco
- Transições alimentares
- Transições urbanas

- Envolvimento público com ciência e tecnologia

Sendo a linha de Transições alimentares o tema de interesse para a pesquisa e desenvolvimento do estágio, vai descrever-se brevemente em que consiste e como a Rede de Transição alimentar se insere neste campo de investigação.

Esta linha de investigação tem um enfoque na segurança alimentar, consumo e produção sustentáveis, planeamento alimentar urbano e práticas agroalimentares. Abordam-se perspetivas inovadoras que englobam a análise de questões como insegurança e pobreza alimentar, implementação de estratégias alimentares que promovem a sustentabilidade em áreas urbanas e análise dos processos espaço-temporais das práticas agroalimentares e seu impacto no ambiente.

Paralelamente, e em colaboração com esta linha de investigação, dinamiza-se no ICS o Food Hub. O *Hub* da alimentação nasce de um movimento interdisciplinar em torno dos estudos sociais agroalimentares dentro do ICS. Assim, este *Hub* é um eixo unificador dos interesses e projetos em torno a alimentação no ICS, e serviu para enquadrar a participação desta instituição científica na Rede para a transição alimentar da AML.

3.1.2 Participação do ICS na FoodLink

Considerando que a elaboração da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa é um trabalho envolvendo vários atores e que se insere no âmbito da FoodLink - Rede de Transição Alimentar da AML, é importante descrever como a equipa de trabalho se organizou e qual é o ponto de encontro entre a rede e o ICS.

O desenvolvimento da Estratégia está a ser coordenado por três entidades principais: a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e o Instituto de Ciências Sociais (ICS). Os dois primeiros têm funções de planeamento e gestão do território e de financiamento, sendo entidades governamentais que possuem informações essenciais para a criação da estratégia. Por outro lado, o ICS tem a função de expandir o conhecimento científico para a resolução de problemas relacionados com o ordenamento

do território, socioecologia, governança antecipatória, justiça alimentar, consumo, gestão de informação geográfica e estatística, entre outros.

Estas três entidades servem como pontes para intercâmbio de informações de um lado para o outro, passando pelo filtro, que será constituído pelas entidades restantes com as quais se realiza discussão e tomada de decisões. No ponto 3.2.4, "Governança na FoodLink", aprofundaremos a interligação entre as três entidades e as dinâmicas de trabalho de cada uma. Por enquanto, pretendemos fazer um enquadramento para compreender a equipa que está a trabalhar a partir do ICS e como estão distribuídas algumas das responsabilidades que o instituto assume como membro da FoodLink

3.1.3 Organização da equipa de trabalho

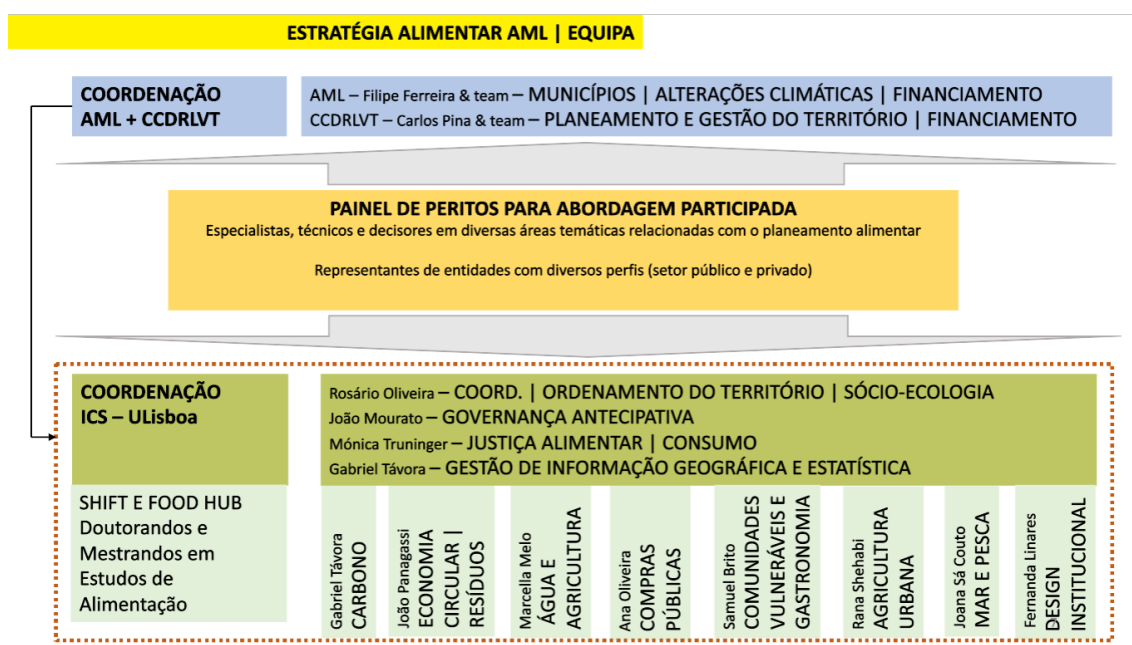


Figura 4 - Organização equipa Estratégia Alimentar AML. Elaborada pela equipa ICS

3.2 FoodLink: Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

Durante o estágio, todo o processo de pesquisa e os trabalhos propostos foram desenvolvidos com o objetivo de contribuir para o desenho e construção da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, um trabalho realizado pela

FoodLink é apoiado academicamente pelo ICS. Por esta razão, é de suma importância definir o que é, como surgiu e quais são os passos já dados na elaboração desta estratégia. Assim, será possível enquadrar de forma clara as ações desenvolvidas durante o estágio e a relevância da continuação desta pesquisa sobre governança antecipatória e participativa na busca de conciliar, no tempo e no espaço, processos de planeamento alimentar que assegurem uma articulação sólida com as políticas territoriais, permitindo uma coordenação eficaz dos diferentes componentes do sistema alimentar metropolitano.

3.2.1 FoodLink: o que é?

A FoodLink faz parte de um projeto de transição alimentar para a Área Metropolitana de Lisboa que surge por iniciativa de um grupo de atores locais, regionais e nacionais que se juntam para colmatar problemas nos sistemas alimentares e desenvolver estratégias para a alimentação do futuro na Área Metropolitana de Lisboa. O grupo de trabalho é coordenado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e pela Área Metropolitana de Lisboa. Conta com 35 entidades diferentes que fazem parte do sistema alimentar no território. (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo et al., 2022)

O projeto define-se como a Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (AML), que funciona como uma plataforma colaborativa entre entidades públicas e privadas, seguindo princípios de sustentabilidade que se enquadram completamente nos compromissos definidos pelas várias Estratégias Internacionais, Nacionais e Regionais para o horizonte 2030. Usando estratégias de ordenamento do território e criação de dinâmicas de proximidade entre o rural e o urbano, a FoodLink, apoia a operacionalização de sistemas agroalimentares sustentáveis, competitivos e resilientes.

A ambição da FoodLink é começar a ter resultados no aprovisionamento alimentar da Área Metropolitana de Lisboa até 2030. A transição inclui modos de produção sustentáveis, soluções inovadoras em gestão e processos produtivos e redes de distribuição em circuitos alimentares de proximidade cumprindo com critérios de inclusão e segurança alimentar.

3.2.2 Como nasceu a FoodLink e porquê?

A Área Metropolitana de Lisboa, bem como outras capitais europeias, enfrenta um enorme desafio de desenvolver sistemas alimentares sustentáveis. A mitigação e redução do desperdício alimentar, a criação de meios de subsistência dignos para produtores rurais, periurbanos e urbanos, a promoção de formas de produção, distribuição e comercialização de alimentos sustentáveis, e a garantia da segurança alimentar e nutricional para todos os intervenientes ao longo da cadeia de valor, são algumas das metas globais que se promovem para atingir este grande desafio.(FAO & RUAF Foundation, 2015)

Dada a importância dos sistemas alimentares para o funcionamento da cidade e os riscos sistémicos associados a uma resistência à mudança, foi necessário dar destaque à alimentação na agenda política urbana e socio-territorial da AML. (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo et al., 2022)

Tendo em conta o contexto favorável e as intenções políticas para apoiar uma transição alimentar, foi possível que iniciativas como a FoodLink surgissem e se consolidassem.



Figura 5 - Fotografia do território. CCDRLVT et al., 2022

A rede de transição alimentar constituiu-se como resposta aos desafios alimentares globais que impactam a Área Metropolitana de Lisboa (por exemplo, a insegurança alimentar que atinge os grupos mais vulneráveis da região; o excesso de consumo de carne, açúcar, sal e gorduras saturadas; a dependência da importação de produtos alimentares como algumas frutas e vegetais, cereais, carne, muitas vezes provenientes de sistemas agrícolas industriais e intensivos com impactos negativos no ambiente). Com este objetivo em vista, 15 entidades compostas por atores locais, regionais e nacionais foram convidadas em 2019 a formar um grupo de trabalho dentro do âmbito do Living-Lab do Projeto H2020 ROBUST – Unlocking rural-urban synergies coordenado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT). Dentro deste grupo de trabalho, estabeleceram-se algumas dinâmicas de interação, nas quais o Instituto de Ciências Sociais desempenhou um papel importante na definição de objetivos e visão estratégica para a próxima década, assumindo também a liderança da organização para o seu funcionamento, em parceria com a CCDR-LVT e a AML.

De 2019 a 2021, a rede funcionou sob uma estrutura operativa de reuniões mensais com os representantes de cada uma das entidades que fazem parte da rede, seguida de dinâmicas de participação em projetos e iniciativas em curso nos diferentes municípios da Área Metropolitana de Lisboa. No entanto, ela esteve sempre em constante evolução, sendo enriquecida com novas ideias, atores e contributos obtidos através de processos participativos.

A evolução da rede para a transição alimentar teve três fases distintas, nas quais se procurou consolidar através de objetivos e visões bem definidos, a fim de dar um passo mais sólido em direção ao início da transição alimentar. A primeira fase iniciou-se durante o projeto ROBUST, um período de teste em que as dinâmicas dos grupos de trabalho foram compreendidas, e uma base teórico-prática começou a ser construída dentro do âmbito da rede, juntamente com a realização de ações piloto em conjunto com os primeiros 15 atores convidados a participar do projeto. Na segunda fase, a rede consolidou-se sob o nome de Rede Metropolitana de Parques Agroalimentares. Foi definida como um conjunto diversificado de territórios, iniciativas e atores na AML com o objetivo de planear e gerir o seu sistema alimentar. Nessa fase, estabeleceu-se como

uma plataforma colaborativa composta por entidades públicas e privadas que partilham os mesmos princípios de sustentabilidade. Foi consolidada uma visão concreta com o propósito de garantir cerca de 15% do aprovisionamento alimentar da área metropolitana.

Na terceira fase, os princípios fundamentais da rede alimentar já estavam estabelecidos, assim quando o projeto ROBUST chegou ao fim, a rede evoluiu para ter um plano de ação bienal (2022-2023) que agregou mais de cem ações construídas coletivamente. Finalmente, a rede consolidou-se e foi reconhecida publicamente com o nome de FoodLink - Rede de Transição Alimentar da AML, à qual aderiram mais de trinta entidades, com diferentes perfis e representando os diversos componentes do sistema alimentar metropolitano. (Oliveira, 2022)

3.2.3 Como funciona a FoodLink?

Para que a rede funcionasse como um verdadeiro potenciador da transição alimentar, foi necessário estabelecer não apenas um plano de ação com todas as suas especificações, mas também definir princípios e compromissos que orientassem o funcionamento da rede em direção aos três eixos importantes que definem o seu percurso e os objetivos específicos que se desejam cumprir.

“Eixo 1 - Planear o Território para a Transição Alimentar

- *Definir uma estratégia de planeamento e gestão do sistema alimentar metropolitano de modo sistémico e participativo, tendo em vista a salvaguarda de solos com potencial estratégico de produção agrícola integrando esta temática nos instrumentos de gestão territorial e nos diversos instrumentos das Políticas Públicas.*
- *Promover processos de planeamento territorial orientados para garantir uma maior segurança alimentar, eficiência económica e energética, qualidade ambiental e paisagística, conservação da biodiversidade, adaptação às alterações climáticas, criação de emprego, promovendo a dinâmica urbano-rural, a economia circular e o desenvolvimento local.*

- *Valorizar a Estrutura Ecológica Metropolitana segundo uma abordagem multifuncional e sistêmica, integrando, sempre que possível, as áreas de produção sustentável, conectando as áreas urbanas e rurais valorizando as oportunidades de produção e de bem viver à população local.*
- *Promover boas práticas de gestão do nexus solo, água, biodiversidade e energia e promover a sua dinamização/ concretização.*

Eixo 2 - A Transição Alimentar como vetor de Coesão Socio-Territorial

- *Apoiar a organização de circuitos curtos para garantir o abastecimento de proximidade, reforçando a ligação entre produtores e consumidores.*
- *Promover a redução do desperdício alimentar nos diferentes elos da cadeia alimentar (produção, transformação, distribuição e consumo).*
- *Apoiar a existência de mercados locais, formais e informais, de modo a criar mecanismos de valorização de aquisição de produtos locais.*
- *Promover a agricultura social pelo seu contributo para a coesão e a revitalização da vida comunitária.*
- *Promover práticas sustentáveis de produção no sentido de contribuir para um sistema alimentar mais saudável e sustentável, que valoriza as variedades cultivares locais.*

Eixo 3 - Capacitar e educar para a Transição Alimentar

- *Promover a operacionalização da estratégia e dinamização da Rede FoodLink.*
- *Promover uma campanha de comunicação para a alimentação responsável e promoção da marca FoodLink.*
- *Promover a Dieta Mediterrânica.*
- *Promover a formação, capacitação e educação em literacia alimentar de todos os atores do sistema alimentar metropolitano.*
- *Promover a adoção de práticas de alimentação sustentável.*
- *Integrar redes nacionais e internacionais que posicionem a rede num contexto mais alargado e enriqueçam a sua experiência e conhecimento.”(Comissão*

No que diz respeito aos princípios que a rede definiu, a sustentabilidade é o mais abrangente e abarca os princípios subsequentes. Aborda a interligação entre o solo, a água, a biodiversidade e a energia, visando garantir uma alimentação saudável, sustentável e inclusiva para a população metropolitana. Além disso, são promovidas estratégias direcionadas para uma economia circular, resiliente e de proximidade, com importantes benefícios sociais, como a criação de emprego, promoção da saúde e equidade social. Por último, o desenvolvimento do conhecimento desempenha um papel fundamental. Este traduz-se na inclusão de uma componente académica que contribui com investigação científica, capacitação e sensibilização de todos os atores do sistema alimentar, tanto na produção como no consumo.

A FoodLink opera como um ecossistema de co-criação, visando encontrar soluções mais pertinentes na confluência dos desafios alimentares e sociais, por meio de processos participativos que promovem ativamente a transição alimentar na Área Metropolitana de Lisboa. É por isso que a diversidade setorial dos membros que constituem a rede é de grande valor, incluindo a academia e investigação, administração pública regional e local, administração local, associações de desenvolvimento local, o setor empresarial, o setor logístico e as organizações cidadãs. A rede, portanto, está aberta a integrar outros agentes do sistema alimentar metropolitano que se identifiquem com os seus princípios e compromissos.

Este fluxo de trabalho conjunto a partir das diferentes áreas que compõem o sistema alimentar faz com que cada vez mais fatores sejam levados em conta e, portanto, contribui para a construção de uma estratégia de transição alimentar adequada à realidade



Figura 6 - Compromissos FoodLink. (CCDRLVT et al., 2022)

3.2.4 Governança na FoodLink

A FoodLink foi gradualmente consolidando-se como um núcleo de coordenação que trabalha como ponte de encontro entre as 35 entidades que a constituem. Este núcleo, é formado pela academia, a administração regional pública e a administração local. O Instituto de Ciências Sociais, representa a academia, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), representa a administração regional pública e a Área Metropolitana de Lisboa (AML) representa a administração local.

Esta dinâmica de interações, onde existe um núcleo intersectorial que facilita a colaboração entre uma ampla gama de partes interessadas consolidou-se como o modelo de governança atual, e foi fortalecido pela academia com a formulação de um modelo conceptual para a estratégia alimentar.

O modelo desenvolvido foi um ponto de partida para a definição da Estratégia Alimentar Metropolitana. Este modelo incorpora as premissas estabelecidas pela FoodLink e as políticas públicas a nível nacional e local como um eixo central, que se cruza com um segundo eixo base, o qual define um quadro de governança que articula os setores público e privado. A interseção destes eixos permite que a estratégia seja consolidada como uma interligação entre os setores das políticas públicas regionais (“Intersectoral” tr. Intersectorial) e os diferentes módulos do sistema alimentar regional (“Intermodular” tr. Intermodular). Desta forma, dá-se destaque à escala regional como ponto de ação (Oliveira, 2022).

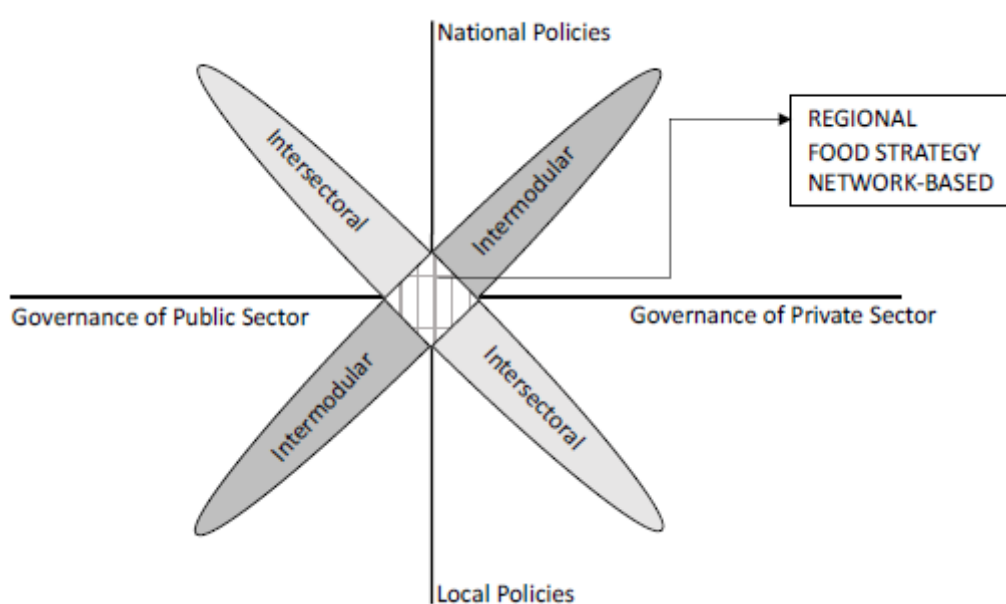


Figura 7 - Modelo Conceptual para a definição da Estratégia Alimentar na AML. (Oliveira, 2022)

Nestes primeiros dois anos de funcionamento a FoodLink tem trabalhado neste formato de governança. Um modelo que se desenvolveu de forma natural partindo de um ponto de vista prático para alavancar o início de trabalho conjunto e cumprir os objetivos e a visão estabelecida para o sistema alimentar metropolitano até 2030. No entanto, a rede tem identificado a necessidade de uma evolução desta estrutura, para assim, assegurar uma construção colaborativa e atingir os objetivos propostos.

Segundo o testemunho dado por Rosário Oliveira, que tem acompanhado não só a evolução da FoodLink desde o seu início, mas também tem avançado na pesquisa sobre redes alimentares, é recomendado que se assegure uma articulação forte com as políticas

territoriais para que seja possível uma integração cuidadosamente coordenada e estruturada dos diversos elementos que compõem o sistema alimentar. Embora seja necessário ter sempre presente a necessária flexibilidade e adaptabilidade de um processo de cocriação permanente. Esta abordagem visa otimizar a eficiência, a resiliência e a sustentabilidade de toda a cadeia alimentar urbana, abrangendo desde a produção e distribuição até o consumo e a gestão de resíduos, promovendo assim um sistema alimentar mais integrado e harmonioso.

Embora o modelo de governança que a FoodLink está a implementar para desenvolver a Estratégia Alimentar da AML até agora tenha sido um resultado empírico e natural que se moldou em função da consolidação da rede, possui um componente de inovação importante, como destacado na pesquisa de Oliveira (Oliveira, 2022). O ponto de partida para iniciar o processo de transição alimentar surgiu da formação desta rede alimentar multi-setorial. Portanto, foram os atores interessados que já faziam parte do sistema alimentar que identificaram a elaboração e implementação de uma estratégia de transição alimentar urbana como uma prioridade. Isso permitiu a formação de uma rede que se tornou um ponto de encontro tanto para os interesses das entidades governamentais (*top-down*) como para os interesses dos atores de desenvolvimento local (*bottom-up*) de fazer a transição alimentar acontecer.

3.3 Construção da Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

A Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (ETA-AML) é pensada como um instrumento estratégico de base territorial que consegue relacionar o produtor com o consumidor a partir de uma abordagem de valorização dos serviços dos ecossistemas. Esta abordagem deve ter em conta os diversos atores dentro do sistema e as diferentes dinâmicas que existem intrínseca e extrinsecamente nas suas interações.

Tendo em conta que para a construção da estratégia partiu-se da consolidação da FoodLink como a rede que reúne grande parte dos atores que compõem o sistema alimentar metropolitano, os resultados que progressivamente aparecem tem uma conotação participativa, e permitem abrir um panorama em que é possível caracterizar e problematizar o sistema alimentar atual, identificando todas as variáveis que cada ator é

capaz de fornecer e aproximando-se a uma ideia de planeamento alimentar realista e detalhado.

A construção desta estratégia, coloca o planeamento alimentar numa posição de obrigatoriedade. Um processo que deve definir-se e organizar-se a partir das suas múltiplas dimensões: produção, transformação, distribuição, consumo e desperdício alimentar, tendo em conta princípios de sustentabilidade. Exigindo uma abordagem sistémica e intersectorial que permita entender o sistema a partir das suas diferentes escalas e ofereça uma eficiência funcional e territorial do mesmo. (Oliveira & Truninger, 2022)

“O planeamento alimentar deverá traduzir-se em metodologias inovadoras e criativas de ordenamento do território que permitam pôr em prática uma visão verdadeiramente integrada, através da qual se compatibilizem aptidões e usos numa abordagem ecológica, adaptada às alterações climáticas e promotora de serviços de ecossistemas, se planeiem equipamentos e infraestruturas focados na descarbonização da economia e se criem mercados que promovam o desenvolvimento local e a identidade cultural. O resultado de síntese deverá, assim, traduzir-se numa melhor qualidade da paisagem, do ambiente e do bem-estar das pessoas” (Oliveira & Truninger, pg.21, 2022)

Modelo conceptual para a definição e implementação da Estratégia Alimentar na AML

Definiu-se um modelo conceptual que propõe um funcionamento congruente com as dinâmicas que se tem implementado na rede de transição alimentar. Define a existência de um eixo de comunicação bidirecional (Top-down e Bottom-up) que permite encontrar alternativas equilibradas entre a produção, distribuição e consumo de produtos alimentares ao longo de cadeias de abastecimento curtas que operam com base nos princípios da circularidade. Além disso, estabelece diretrizes para a integração da estratégia alimentar no planeamento, abordando simultaneamente as preocupações relacionadas à justiça ambiental e alimentar, visando uma transição alimentar genuína que tenha impactos positivos no sistema alimentar regional. (Oliveira & Truninger, 2022).

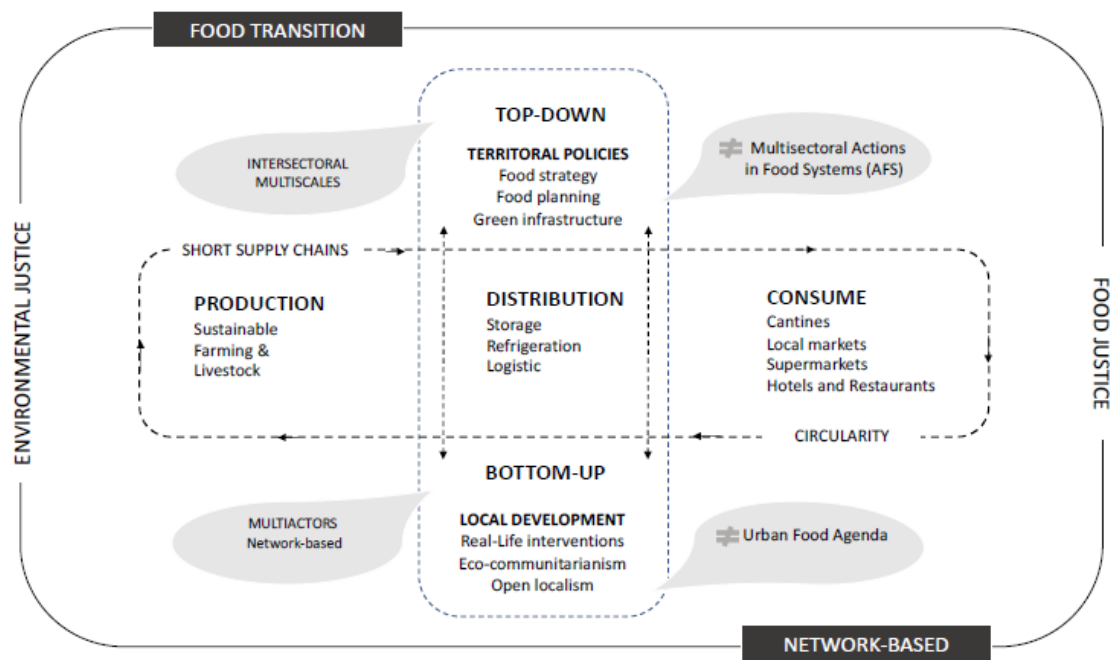


Figura 8 - Modelo Conceptual para a definição e implementação da Estratégia Alimentar na AML. (Oliveira, 2022)

Este eixo de comunicação bidirecional precisa da implementação de um modelo de governança antecipatória que inclua ações multissetoriais que criem ligações sustentáveis entre entidades públicas municipais, regionais ou nacionais, e outros intervenientes locais no sistema alimentar. Sendo fundamental articular e dinamizar a interação entre o setor público e privado, governamental e não governamental.

3.3.1 Metodologia da Estratégia

A metodologia definida para a elaboração da ETA-AML teve de se ajustar ao Plano de envolvimento e participação de interessados da mesma. Este plano foi desenvolvido pela FoodLink e definido com datas e prazos limites para atingir os objetivos bienais revistos anteriormente na caracterização da rede.

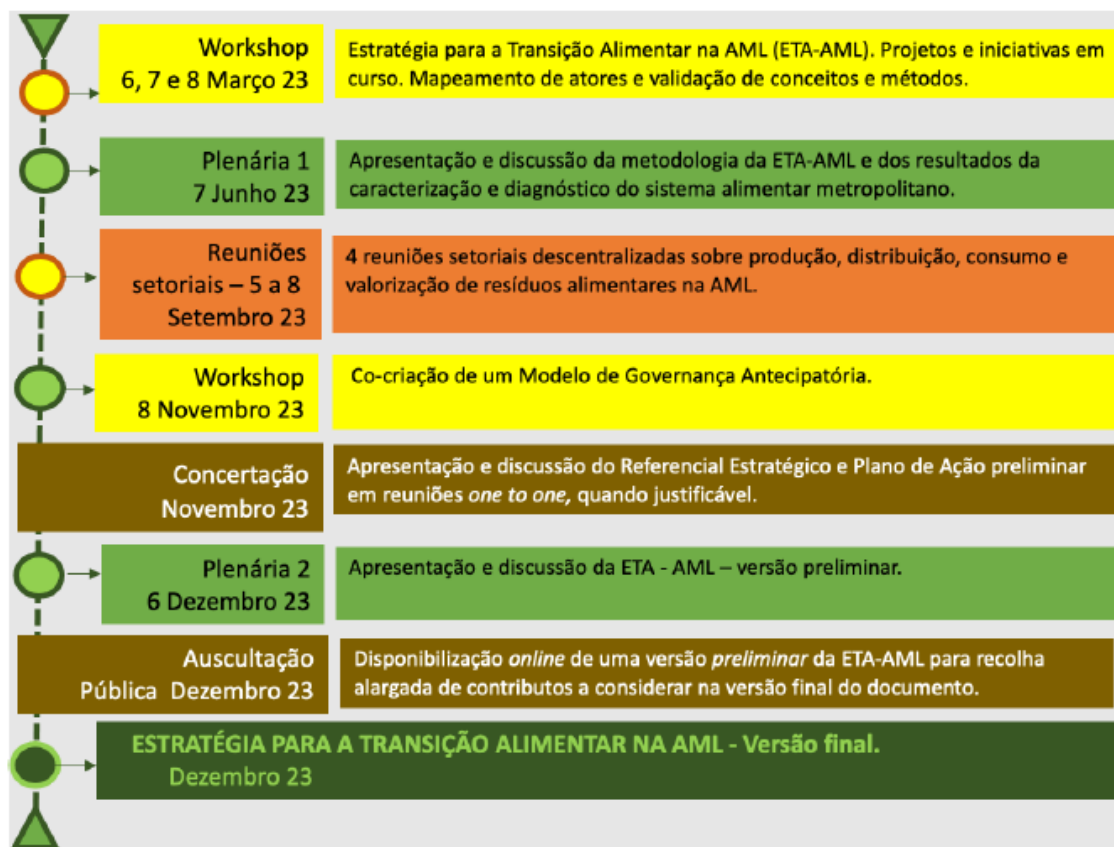


Figura 9 - Plano de envolvimento e participação de atores na ETA – AML. (Oliveira et al., 2023)

Consequentemente, a metodologia para a construção da ETA-AML divide-se em quatro fases que permitem estruturar o processo, tendo em consideração que se pretende desenvolvê-lo no âmbito de processos participativos dentro da FoodLink e com um tempo extremamente limitado. As fases definidas pela equipa do ICS foram as seguintes.

Fase 1: Caracterização do SAM (Sistema Alimentar Metropolitano)

A primeira fase corresponde à recolha de informação para caracterizar o território do sistema alimentar atual na Área Metropolitana de Lisboa. Esta caracterização foi feita a partir das quatro dimensões que o constituem: produção, distribuição, consumo e valorização dos resíduos alimentares orgânicos. A informação recolhida inicialmente foi estatística e cartográfica e será aprofundada no seguinte ponto.

Fase 2: Estabelecimento de um Diagnóstico

Na segunda fase fez-se um diagnóstico, partindo da informação recolhida na caracterização, incluindo uma síntese das fraquezas e forças do sistema e uma análise das reuniões setoriais descentralizadas que tiveram lugar no início de setembro, e serão aprofundadas no ponto 3.4.7.

Fase 3: Definição do Referencial Estratégico

A terceira fase, ainda não se desenvolveu, mas terá em conta os contributos do diagnóstico, reforçando os pontos fracos dentro do âmbito da atividade participativa que terá lugar no dia 23 novembro de 2023.

Fase 4: Proposta de Governança Antecipatória

A quarta fase terá um processo de definição de propostas, que levará em consideração as importantes contribuições das reuniões anteriores e dos processos participativos nos quais foi possível recolher e analisar informações sobre as possibilidades de interação entre os diferentes atores para desenvolver uma governança antecipatória. Como resultado das duas últimas fases, será possível estabelecer um Plano de Ação para a implementação da ETA-AML.



Figura 10 - Síntese da metodologia para a elaboração da ETA-AML e do Entregável #2. (Oliveira et al., 2023). Edição gráfica feita pela autora.

3.3.2 Ponto de situação da Estratégia

Seguindo o cronograma para a construção da ETA-AML, a fase 1 e 2 já foram concluídas e estão descritas no relatório “Entregável #2”. Este relatório foi enviado à CCDRLVT e a AML para uma posterior revisão da informação, que se espera ser devolvida com comentários e sugestões sob os temas que foram desenvolvidos. Em concordância com as fases nomeadas, o Entregável #2 corresponde à Caracterização e Diagnóstico do SAM, deixando alguns contributos que serão relevantes para o Referencial Estratégico, na etapa seguinte.

Para ter uma noção clara do ponto de situação em que nos encontramos no processo da elaboração da ETA-AML, vai-se fazer um breve resumo do percurso do trabalho registado no Entregável #2.

3.3.2.1 Fase 1: Caracterização do SAM

Na primeira fase, que corresponde à caracterização do SAM, com o objetivo de fazer um delineamento geral do território, teve-se em conta as quatro dimensões que constituem o sistema alimentar: produção, distribuição, consumo e valorização dos resíduos

alimentares orgânicos. Inicialmente, fez-se um levantamento da informação do território a partir de cada uma das dimensões.

Algumas dificuldades surgiram durante o processo, uma vez que a informação disponível para cada uma das dimensões era discrepante. Foi possível desenvolver, com maior detalhe, a caracterização com informações precisas da cadeia de valor alimentar, a partir da produção. Nas outras dimensões, foi necessário solicitar informações adicionais aos municípios e criar mapas e gráficos inéditos que exigiram posterior verificação por parte dos municípios.

A partir do levantamento de informação de carácter geral nestas dimensões, coligiu-se informação estatística e cartográfica com base em fontes oficiais e produziu-se nova informação partindo de dados solicitados às diversas entidades que fazem parte da rede. Esta fase da caracterização dividiu-se em três componentes principais: o Balanço de Aprovisionamento Alimentar, a identificação de Áreas com Potencial para a Instalação de Parques Agroalimentares e o mapeamento de atores e de iniciativas em curso. Sendo no último ponto o foco do trabalho realizado no âmbito do estágio.

Balanço de Aprovisionamento Alimentar

Dentro do primeiro ponto calculou-se o balanço de aprovisionamento alimentar metropolitano, onde se faz uma comparação entre o potencial de produção de alimentos e o potencial de consumo de alimentos. Tal balanço, fornece uma aproximação ao potencial de aprovisionamento ou autossuficiência alimentar da AML nos diferentes tipos de alimentos.

“Verifica-se que os potenciais de aprovisionamento para suprir as necessidades de acordo com a capitação edível ou a roda dos alimentos quase não varia. De facto, como a produção na AML está mais concentrada nos produtos hortícolas (muito por força da aposta no tomate para a indústria) e na carne (suportada na produção de suínos), apenas nestas categorias há uma ligeira variação, sendo que o potencial de aprovisionamento diminui na categoria dos hortícolas e aumenta na categoria da carne, pescado e ovos.”

Um aumento da resiliência da AML que inclua suprir uma maior fração das necessidades alimentares da população da região (aumento da autossuficiência) deve passar por um aumento da produção da generalidade dos alimentos, mas acompanhada de um incentivo à variedade dos tipos de alimentos produzidos, propiciando o abastecimento de alimentos numa proporção que vá ao encontro do recomendado pela roda dos alimentos.” (Oliveira et al., pg.44, 2023)

Potencial para a instalação de Parques Agroalimentares

No segundo ponto organizou-se a informação recolhida para analisar as variáveis necessárias na identificação de potenciais territórios dentro da AML para a instalação de Parques Agroalimentares. Partindo da definição de parque agroalimentar estabelecida pela FoodLink:

“os Parques Agroalimentares poderão constituir-se como uma rede de áreas de produção agrícola e pecuária, em estreita articulação com a localização dos centros de transformação agroalimentar, de logística e distribuição de alimentos, que os tornam acessíveis a um conjunto de consumidores, desejavelmente comprometidos com a sua aquisição. A valorização dos resíduos orgânicos e a sua reposição nas áreas de produção são as componentes que permitem fechar o ciclo do alimento, enquadrado nos princípios da economia circular. É, portanto, à escala do território que deverão ser definidas, organizadas e, eventualmente, realocizadas algumas das componentes deste sistema de modo a assegurar o seu funcionamento de acordo com princípios ecológicos, de circularidade e de proximidade relativamente à economia gerada pelo próprio sistema alimentar e pela interação com outros sistemas urbanos e rurais.” (FoodLink)(Oliveira & Truninger, pg. 22, 2022)

Desenvolveu-se uma metodologia inédita, que parte de um modelo que leva em conta variáveis físicas, sociais e económicas que são analisadas através de ferramentas geográficas. Comparando, assim, as variáveis encontradas no território com as variáveis que são precisas para a instalação de Parques Agroalimentares.

Mapeamento de atores e de iniciativas em curso: *Willing to Act*

No terceiro ponto desta caracterização realizou-se um mapeamento de atores e de iniciativas em curso, que no seu conjunto foi designado como ‘*Willing to Act*’, pois representa a disposição que os *Stakeholders* têm em participar em iniciativas de transformação do sistema alimentar no âmbito municipal.

3.3.2.2 Fase 2: Diagnóstico

Para a construção do diagnóstico, realizou-se uma análise SWOT compilando os resultados da caracterização e priorizando as informações mais relevantes para a construção da ETA-AML. Paralelamente incluíram-se os resultados das sessões sectoriais, que com uma aproximação participativa, fortaleceram os resultados e estruturaram os passos para as seguintes fases. O desenvolvimento das reuniões sectoriais será aprofundado no ponto 3.4.7.

3.4 Contributo da autora na Caracterização e Diagnóstico estratégico para a construção da Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa

Tendo como referência o ponto de situação da ETA-AML, é possível enquadrar o foco do trabalho desenvolvido no estágio académico.

Sendo que o estágio iniciou em janeiro de 2023, foi possível acompanhar o processo de construção da ETA-AML desde o início. A participação ativa nas atividades que fazem parte do Plano de envolvimento e participação de atores na ETA – AML facilitou a compreensão da FoodLink e permitiu ter uma melhor aproximação aos trabalhos depois elaborados em torno da construção da estratégia. Assim, sendo que o estado atual deste processo de construção é o culminar da caracterização e diagnóstico estratégico, o presente relatório enquadra-se apenas nas fases 1 e 2. As atividades realizadas no âmbito do estágio são indicadas com a cor laranja intensa na Figura 11.



Figura 11 - Metodologia e atividades para a elaboração da ETA-AML.

Embora o acompanhamento do desenvolvimento da ETA-AML foi muito próximo, as tarefas no âmbito do estágio focaram-se na construção da última componente da caracterização, ou seja, o mapeamento de atores e iniciativas em curso. Uma vez que se designou na equipa a tarefa de identificação dos territórios que reúnem maior potencial para a instalação de Parques Agroalimentares, percebeu-se a necessidade de mapear outras dimensões que auxiliassem na identificação de atores capazes de impulsionar os sistemas alimentares locais. Também se identificaram iniciativas em curso que pudessem catalisar novos projetos que se enquadrassem no âmbito da ETA-AML. (Oliveira et al., 2023)

A construção desta componente teve início na primeira atividade programada no Plano de envolvimento de atores e terminou depois do estágio. No entanto, uma vez que foi possível trabalhar na elaboração da ETA-AML, mesmo depois do estágio, esta componente de investigação será incluída neste relatório.

Para este fim, foram desenvolvidas diversas fases que, embora não tivessem sido inicialmente planeadas, foram desenvolvidas conforme a evolução do mapeamento mais

abrangente. As atividades elaboradas podem ser organizadas em 5 fases que se desenvolveram em congruência com a metodologia previamente definida pela FoodLink:

1. **Workshop: Estratégia de Planeamento Alimentar**
Recolha de Informação
2. **Construção da primeira matriz de mapeamento de *Stakeholders* e iniciativas**
Sistematização de dados
3. **Partilha de matriz para ser preenchida pelos parceiros da FoodLink**
Validação da informação
4. **Construção de gráficos a partir da informação recolhida**
Análise de dados
5. **Construção de cartogramas da AML**
Diagnóstico

Paralelamente ao desenvolvimento destas atividades, fez-se a formatação e parte gráfica do Workshop e dos documentos que se construíram no âmbito dos entregáveis da FoodLink.

3.4.1 Workshop: Estratégia de Planeamento Alimentar

Recolha de Informação

Inicialmente acompanhou-se o desenvolvimento do primeiro Workshop da FoodLink, “Estratégia de Planeamento Alimentar - março 2023 (Sessão 5)” visto como o *kick-off* da estratégia. O Workshop foi organizado como um evento de 3 dias intensivos em que decorreram sessões de trabalho para atingir os seguintes objetivos:

1. Apresentar o ponto de situação dos projetos, iniciativas e trabalhos em curso no âmbito do planeamento alimentar metropolitano;
2. Validar a identificação de áreas com potencial de Parque Agroalimentar;
3. Mapear de modo colaborativo os atores do sistema alimentar e as iniciativas em curso;
4. Identificar os indicadores de caracterização e diagnóstico do sistema alimentar metropolitano;
5. Conhecer um caso internacional de planeamento alimentar estratégico;
6. Dar seguimento ao Plano de Ação da FoodLink.

Durante o workshop, foi dedicado um espaço significativo para promover uma discussão participativa e enriquecedora entre os membros da FoodLink, a fim de esclarecer conceitos e partilhar opiniões sobre os avanços até a data. Esse fórum proporcionou um ambiente propício para a troca de ideias e perspectivas diversas, permitindo uma análise mais aprofundada dos progressos realizados até o momento. Através dessa discussão colaborativa, os membros puderam não só partilhar as suas visões individuais, mas também alinhar as suas opiniões e expectativas, promovendo uma maior clareza e consenso dentro da FoodLink.



Figura 12 - Primeiro Workshop para a elaboração da Estratégia para a Transição Alimentar da AML

WORKSHOP - Estratégia de Planeamento Alimentar AML			
Hora/Data	6 março	7 março	8 março
9:30 - 11:00	Boas-vindas e acolhimento dos participantes. Mónica Truninger – ICS ULisboa	Sessão 4: Identificação de indicadores para caracterização e diagnóstico do sistema alimentar metropolitano. Rosário Oliveira e Gabriel Távora – ICS ULisboa	Sessão 7: Síntese dos dias anteriores e identificação de lacunas de informação para o prosseguimento do Plano de Ação da FoodLink em articulação com os outros projetos em curso. Carlos Pina/Alexandra Almeida – CCDRLVT, João Lopes/Filipa Gil – AML e Rosário Oliveira ICS – ULisboa
	Sessão 1: Ponto de situação: Estratégia de Planeamento Alimentar Metropolitano + Projeto Europeu FoodCLIC Filipe Ferreira – AML Rosário Oliveira – ICS ULisboa + Nadine Rodriguez - Cascais Ambiente + Carolina Capitão – FM ULisboa		
Café			
11:30 - 13:00	Sessão 2: Mapeamento de Parques Agroalimentares: Validação de critérios Gabriel Távora e Rosário Oliveira – ICS ULisboa	Sessão 5: Mapeamento de atores do sistema alimentar metropolitano, redes locais e iniciativas alimentares João Mourato e Rosário Oliveira – ICS ULisboa	Sessão 8: Projetos Bandeira GT's Ponto de situação e metas 2023, por GT Plenário
Almoço			
14:00 - 16:30	Sessão 3: Mapeamento de Parques Agroalimentares: Validação e priorização dos territórios com potencial e identificação de dinâmicas locais para a sua implementação Rosário Oliveira e Gabriel Távora – ICS ULisboa	Sessão 6: Planeamento alimentar estratégico e Parques Agroalimentares: o caso da Área Metropolitana de Madrid. Carolina Yacamán Ochoa - Universidade Autónoma de Madrid.	Sessão 8 (cont): Projetos Bandeira GT's Projetos, parcerias, compromissos e financiamento, por GT Plenário

Tabela 1 Cronograma para o desenvolvimento do Workshop para a Estratégia de Planeamento Alimentar da AML. Elaborado pela equipa ICS.

A tabela 1 é a programação do Workshop, que contou não só com apresentações por parte da equipa do ICS, bem como de alguns representantes de entidades dentro da FoodLink. Contou também com uma convidada especial, Carolina Yacamán Ochoa, que está a liderar a implementação de Parques Agroalimentares na Área Metropolitana de Madrid.

Participaram grande parte dos representantes dos membros FoodLink, assim como também alguns representantes dos municípios e entidades que ainda não são membros da rede, mas estão interessados na temática. Portanto o evento contribuiu para a estabilização dos conceitos que servem de base para a formulação da estratégia, e na recolha de informação qualitativa sobre iniciativas e *Stakeholders* que se desenvolveram durante a fase de caracterização.

A parte logística e metodológica deste workshop permitiu criar um espaço confortável para que toda a rede se alinhasse com os avanços apresentados na primeira fase da ETA-AML. Esse espaço foi fundamental para que todos os participantes pudessem contribuir com os seus conhecimentos e auxiliar na construção do mapeamento de *stakeholders* e iniciativas dentro da AML, bem como na definição de critérios de priorização para identificar os locais com potencial para a criação de Parques Agroalimentares.

É importante mencionar que os participantes do workshop são especialistas nas entidades que representam e têm um profundo conhecimento dos projetos, iniciativas e dinâmicas de funcionamento. Portanto, contamos com uma ampla variedade de conhecimentos internos sobre a dinâmica real do sistema alimentar.

Com base no conhecimento dos participantes, foram definidos dois tipos de classificações para organizar as informações que ajudariam no mapeamento desejado. Uma classificação foi criada para a recolha de informações sobre *Stakeholders*, e a outra para a recolha de informações sobre iniciativas. Cada uma dessas classificações foi projetada para desagregar os focos de interesse.

Classificação de iniciativas:

Solicitou-se aos participantes do Workshop nomear as iniciativas de índole integrada que promovem a transição para sistemas alimentares e nutricionais sustentáveis, saudáveis,

inclusivos e resilientes. Cada uma das iniciativas devia ser classificada de acordo com o seu enfoque mais comum: Integração de políticas de governança; Grupos vulneráveis, saúde e nutrição; Bom funcionamento da cadeia alimentar; e Comunicação.

Classificação de *Stakeholders*:

Solicitou-se aos participantes do Workshop nomear as pessoas, grupos ou organizações que estão relacionados com o propósito da rede. Cada um dos *Stakeholders* devia ser classificado por nível de envolvimento: já envolvidos; interessados; e/ou capazes de impactar o desfecho do FoodLink, mas sem ligação atual. Outra classificação importante que se pediu foi especificar o setor a que pertence, podendo ser: Setor Público/ Administração Pública/ Governo; Setor Privado/ Indústria; Sociedade Civil; Academia/ Ensino Superior.

Nesta fase a informação foi construída pelos grupos de trabalho num formato físico, através de formulários com algumas instruções básicas sobre a classificação desejada. Cada grupo teve dois momentos de trabalho. No primeiro momento os participantes discutiram e reuniram a informação de maneira autónoma e sem a moderação de nenhum dos integrantes da equipa organizadora, o ICS. No segundo momento, houve uma verificação e extração de informações por parte dos moderadores da equipe. Foram feitas perguntas para determinar se existiam iniciativas ou *stakeholders* que não tivessem sido considerados.

Os grupos de trabalho foram divididos de acordo com as zonas da AML; uma sala reuniu os representantes da Margem Sul e, na outra sala, os representantes da Margem Norte. Isso permitiu também uma categorização geográfica, que acabou por ser uma das variáveis mais importantes no diagnóstico feito na componente de mapeamento.

O workshop serviu como uma ferramenta de auscultação dos parceiros da rede, pois, além da imensa informação sobre Iniciativas e *Stakeholders*, foi possível compreender algumas divergências no que diz respeito ao que é considerado ‘*Stakeholder*’ e ‘Iniciativa’. Portanto, na fase seguinte, foi importante adicionar definições para alinhar o entendimento da rede.

3.4.2 Construção da primeira matriz de mapeamento de *Stakeholders* e iniciativas

Sistematização de dados

Com os resultados do Workshop, procedeu-se à construção de uma primeira matriz de mapeamento de *Stakeholders* e iniciativas. Com o objetivo de criar um diagnóstico claro do que está a ser desenvolvido atualmente, criou-se uma matriz baseada em três fontes de informação: o Workshop “Estratégia de Planeamento Alimentar” elaborado em março 2023 (Sessão 5)”, o mapeamento elaborado pelos parceiros da FoodLink, em novembro 2020; e o mapeamento inicial elaborado pelo ICS, em setembro de 2020.

A principal fonte de informação foi o Workshop, que trouxe a maior quantidade de iniciativas e *Stakeholders* para serem considerados na rede para a estratégia alimentar. No entanto, as bases de dados que tinham sido contruídas no passado forneceram informação valiosa que foi cruzada com as informações mais atualizadas do workshop, permitindo assim uma atualização de algumas das iniciativas que evoluíram ou desapareceram.

Esta informação teve de ser digitalizada e sistematizada, um processo lento que requereu constantes validações da informação fornecida para confirmar os dados escritos à mão. Apesar de se ter feito uma comparação minuciosa das iniciativas e *Stakeholders* com a informação registada na net, existiram alguns vazios ou erros que depois foram corrigidos na fase de validação da informação.

Esta dificuldade na sistematização da informação deverá ser validada para as próximas atividades participativas. É importante analisar quais são os métodos mais eficazes, não só para a recolha de informação, como para o tratamento da mesma.

Esta primeira matriz só tem a categorização territorial por zona da AML, nomeadamente das margens Sul e Norte (do rio Tejo). A informação tratada organizou-se da seguinte forma para que cada iniciativa e *stakeholder* estivesse relacionado com dados de identificação, garantindo assim rastreabilidade na sua posterior utilização.

Para a sistematização das Iniciativas:

MARGEM NORTE/GRANDE LISBOA								
Nº	Iniciativa	Principal Enfoque	Promotor	Link	Nível de desenvolvimento	Fonte e data	Notas	# Pág.

MARGEM SUL/PENÍNSULA DE SETÚBAL								
Nº	Iniciativa	Principal Enfoque	Promotor	Link	Nível de desenvolvimento	Fonte e data	Notas	# Pág.

Tabela 2 Categorias para a Sistematização das Iniciativas recolhidas no Workshop. Elaboração própria.

Para a sistematização dos *Stakeholders*:

MARGEM NORTE/GRANDE LISBOA							
Nº	<i>Stakeholders</i>	Nível de envolvimento (1,2,3)	Categoria (A, B, C, D)	Escala Territorial	Data Fonte	Notas	# Pág.

MARGEM SUL/PENÍNSULA DE SETÚBAL							
Nº	<i>Stakeholders</i>	Nível de envolvimento (1,2,3)	Categoria (A, B, C, D)	Escala Territorial	Data Fonte	Notas	# Pág.

Tabela 3 Categorias para a Sistematização dos *Stakeholders* recolhidos no Workshop. Elaboração própria

Durante o workshop, apenas os nomes de *Stakeholders* e Iniciativas foram recolhidos, e apenas algumas descrições foram fornecidas durante a recolha de iniciativas. Foi necessário realizar pesquisas individuais para preencher a tabela que serviria como base de dados para a própria FoodLink. O número de página traduz uma informação interna para localizar os dados nas páginas registadas pelos participantes. Numa versão posterior, este item foi eliminado.

3.4.3 Partilha de matriz para ser preenchida pelos parceiros da FoodLink

Validação da informação

Para fazer a validação da base de dados foi preciso construir uma matriz organizada em concordância com a distribuição dos parceiros, para assim facilitar a sua leitura e criar um preenchimento mais eficaz e completo.

A informação organizou-se em 21 folhas de um ficheiro Excel, tendo em conta a escala territorial: nacional, regional ou municipal (desagregada pelos 18 municípios da AML). Em todas as folhas a informação foi organizada por ordem alfabética e em todas as colunas colocaram-se filtros, caso os parceiros precisassem localizar alguma informação de forma mais expedita.

A inclusão de uma secção para classificar os dados a nível regional e nacional, mesmo quando já existia uma categorização ao nível municipal, é uma medida necessária para identificar Iniciativas que operam em múltiplos municípios e que não representam uma repetição de dados, mas sim uma atuação numa escala mais ampla. Isso permitiu também a identificação de tendências e variações que podem ser críticas para a formulação de políticas e estratégias em âmbitos mais abrangentes. Acredita-se que esta medida irá contribuir para a harmonização e coordenação de esforços entre os diferentes níveis governamentais, melhorando a eficácia das intervenções e a conformidade com metas e objetivos mais amplos.

Nesta fase de validação, toda a informação da primeira matriz foi incluída, dando assim a oportunidade aos participantes de alterar ou acrescentar informações que não foram registadas na primeira tentativa. Além disso, foi adicionada uma nova matriz de mapeamento com o nome "Iniciativas em curso ou previstas a curto prazo que poderão impulsionar a instalação de Parques Agroalimentares", com o objetivo de criar um grupo de iniciativas atualmente em vigor que poderiam ser consideradas como possíveis pontos de ancoragem na instalação de Parques Agroalimentares, um dos principais componentes da ETA-AML.

A participação ativa dos membros da FoodLink na validação e no preenchimento da base de dados foi fundamental. A integração ativa de dados por parte dos participantes permitiu uma representação mais precisa e completa das informações disponíveis. Isso enriqueceu a base de dados, tornando-a uma valiosa fonte de referência para análises e tomadas de decisão subsequentes.

Para facilitar o uso da matriz, que contém uma grande quantidade de informação, foi necessário elaborar instruções de preenchimento que foram colocadas na primeira folha do Excel. As instruções foram utilizadas para contextualizar o propósito da recolha de informação e indicar como os participantes poderiam fornecer dados para fortalecer a rede de forma concisa e bem organizada (Tabela 4).

Embora a matriz tenha sido organizada com base na escala territorial, foi dada a possibilidade de participar no preenchimento de qualquer um dos territórios e escalas da matriz. Isso foi feito com o objetivo de minimizar as lacunas de informação sobre projetos que estão em desenvolvimento nos limites dos municípios ou em relação aos quais não se tem certeza quanto às limitações geográficas. Além disso, outras entidades e atores do sistema alimentar, além da FoodLink, foram convidados a participar.

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Esta matriz foi criada para validar e completar o mapeamento de iniciativas e de *Stakeholders* do sistema alimentar metropolitano no âmbito nacional, regional e local.

Fontes de informação	Workshop: Estratégia de Planeamento Alimentar - Março 2023
	Mapeamento: Parceiros FoodLink - Novembro 2020
	Pesquisa: ICS Rosário Oliveira- Setembro 2020
Objetivos	Disponibilizar a informação recolhida para ser validada e completada.
	Completar a informação levando em conta todos os municípios
	Transformar os dados recolhidos em mapas por município
Procedimentos	Neste ficheiro vai encontrar a informação dividida tendo em conta a escala territorial: nacional, regional ou municipal (desagregada pelos 18 municípios da AML) . A informação está organizada por ordem alfabética e em todas as colunas existem filtros, caso pretenda localizar alguma informação de forma mais expedita. Contudo, a informação que venha a ser acrescentada deverá constar no final da tabela abaixo da linha indicada a amarelo.
	<p>1. Comece por completar as folhas relativas ao âmbito nacional e regional, tendo em conta as legendas das tabelas de "Classificação de iniciativas" e "Classificação de <i>Stakeholders</i>" que se encontram em ambas as folhas à direita da primeira tabela.</p> <p>2. Passando para a escala municipal, identifique a folha relativa ao município para validar e completar a informação. Os municípios da Margem Norte da AML encontram-se a verde e os da Margem Sul a laranja. Em cada folha vai encontrar três tabelas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - CLASSIFICAÇÃO DE INICIATIVAS - CLASSIFICAÇÃO <i>STAKEHOLDERS</i> - INICIATIVAS EM CURSO OU PREVISTAS NO CURTO PRAZO QUE PODERÃO ALAVANCAR A INSTALAÇÃO DE PARQUES AGROALIMENTARES

	3. Valide a informação que consta em cada uma das tabelas	3.1. Caso discorde com a informação listada insira observações ou altere os conteúdos, corrigindo-os.
	4. Complete a informação para além da que consta em cada tabela	4.1. Acrescente linhas no final de cada tabela e insira a nova informação, preenchendo todos os campos da tabela.
Tenha em conta as legendas das tabelas de "Classificação de iniciativas" e "Classificação de Stakeholders" (Pode encontrar esta legenda à direita da primeira tabela em cada folha)		
CLASSIFICAÇÃO DE INICIATIVAS		CLASSIFICAÇÃO STAKEHOLDERS
i) Integração de políticas e governança		NÍVEL DE ENVOLVIMENTO (1,2,3)
ii) Grupos vulneráveis, saúde e nutrição		CATEGORIA (A,B,C,D)
iii) Bom funcionamento da cadeia alimentar		A = Setor Público/Administração Pública/ Governo
iv) Comunicação		B = Setor Privado/ Indústria
		C = Sociedade Civil
		D = Academia, Ensino Superior

Tabela 4 Instruções de preenchimento da matriz para a recolha de Iniciativas, *Stakeholders*, e Iniciativas com potencial para alavancar a Instalação de Parques Agroalimentares. Elaboração própria.

3.4.4 Construção de gráficos a partir da informação recolhida

Análise de dados

Após obter o feedback dos participantes no mapeamento de Iniciativas e *Stakeholders*, foi possível realizar uma depuração dos dados que não foram verificados ou que estavam duplicados. Assim, conseguimos construir uma base de dados sólida, validada por todos aqueles que tiveram interesse e disponibilidade para o efeito, o que contribui para a construção de um modelo de governança para a transição alimentar na AML.

Para a análise dos dados recolhidos, utilizou-se a mesma categorização previamente partilhada com os parceiros da FoodLink, mas, nesta fase, focada exclusivamente nos municípios. A escala regional e nacional será utilizada numa fase posterior, no âmbito da formulação da ETA-AML. Analisou-se a frequência em cada município e comparou-se a predominância das categorias de acordo com o território em que se encontravam. Para isso, foram considerados os dados recolhidos por subcategorias, na matriz para os *Stakeholders*, o nível de envolvimento e as categorias por setor. Por outro lado, na matriz para as iniciativas, foram consideradas as classificações por dimensão.

A Figura X mostra como a informação foi organizada para a análise. Como não é possível divulgar neste relatório os dados específicos recolhidos, os valores reais foram substituídos por um "x"; assim, cada "x" representa o número de *Stakeholders* e Iniciativas em cada categoria.

Resultados do Município					
Stakeholders				Iniciativas	
Nível de envolvimento		Categoria por Setor		Classificação por Dimensão	
A	x	A	x	i) Integração de políticas e governança	x
B	x	B	x	ii) Grupos vulneráveis, saúde e nutrição	x
C	x	C	x	iii) Bom funcionamento da cadeia alimentar	x
		D	x	iv) Comunicação	x

Tabela 5 Análise dos resultados por Município do exercício de recolha de informação. Elaboração própria.

Essa abordagem permitiu uma avaliação precisa dos resultados sob uma perspectiva territorial, possibilitando a vinculação de cada conjunto de dados a um dos 18 municípios. Consequentemente, foram identificados os municípios que demonstram um compromisso mais robusto com o mapeamento de suas estruturas no contexto da estratégia alimentar, destacando-se por seu investimento significativo nesse processo de análise e planeamento.

3.4.5 Cartogramas para o mapeamento de Iniciativas e *Stakeholders* da AML

Diagnóstico

Os resultados da análise deste componente de mapeamento, foram convertidos em cartogramas por município, permitindo visualizar a composição dos grupos de *Stakeholders* e de Iniciativas em cada território. A comparação entre os municípios, possibilitou uma identificação mais aprofundada do comportamento dos mesmos no que concerne ao funcionamento do sistema alimentar metropolitano. Por meio desse estudo comparativo, tornou-se viável compreender de maneira mais abrangente as ações e dinâmicas municipais relacionadas com o sistema alimentar metropolitano, enriquecendo assim o nosso entendimento das práticas e estratégias empregadas localmente.

A construção dos cartogramas facilitou o reconhecimento de áreas de concentração de Iniciativas e *Stakeholders*, o que definiu quais são as áreas altamente ativas e com mais possibilidade de engajar-se às estratégias de inovação que serão adotadas para a transição alimentar.

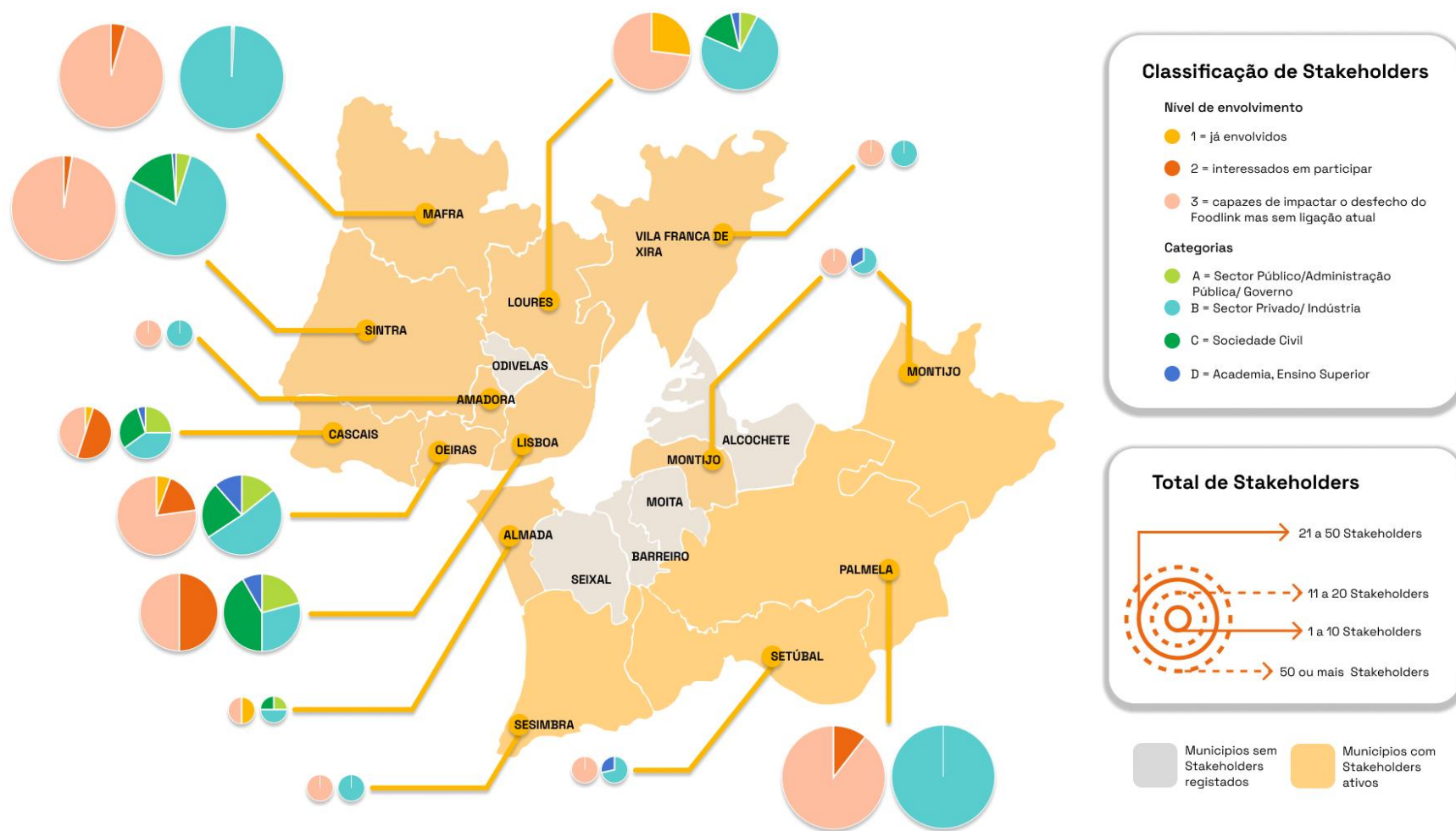


Figura 13 - Resultado do mapeamento colaborativo dos *Stakeholders* com relevância para alavancar a instalação de projetos pilotos para a dinamização do sistema alimentar metropolitano, à escala nacional, regional e municipal. Elaboração própria.

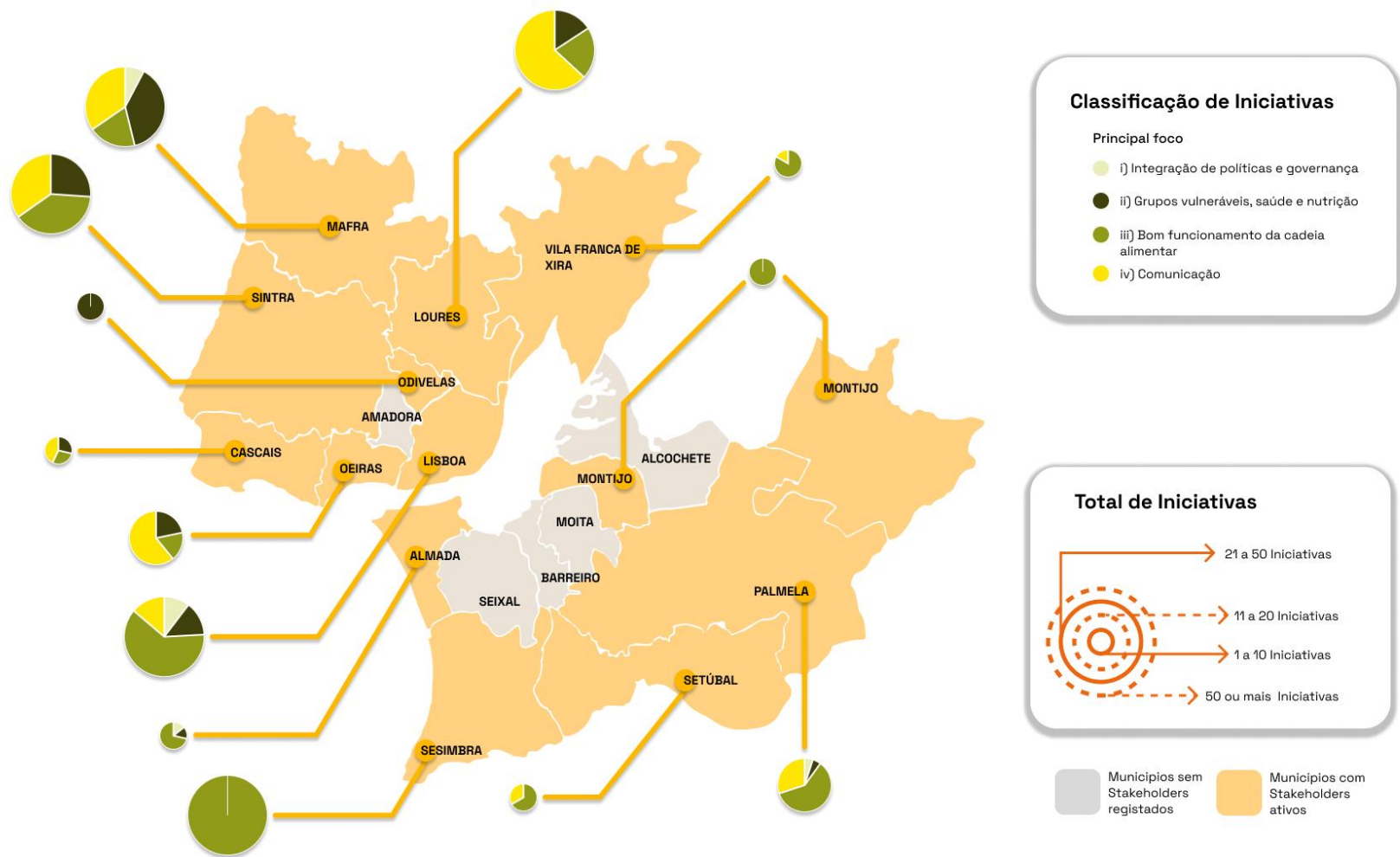


Figura 14 - Resultado do mapeamento colaborativo das Iniciativas em curso com relevância para alavancar a instalação de projetos pilotos para a dinamização do sistema alimentar metropolitano, à escala nacional, regional e municipal. Elaboração própria.

Construção do cartograma para mapeamento de *Stakeholders*

Com o propósito de contrastar a quantidade de *Stakeholders* total, enquanto se visualiza a proporção do número de *Stakeholders* dependendo da sua classificação, desenvolveu-se um sistema de visualização com variação de cores e tamanhos. Cada município com *Stakeholders* ativos é representado com uma cor laranja pálida e é acompanhado de um ponto laranja que conecta o município com os gráficos de sectores correspondentes. Estes gráficos mostram a distribuição percentual das categorias de nível de envolvimento e categorias por sector em relação ao todo.

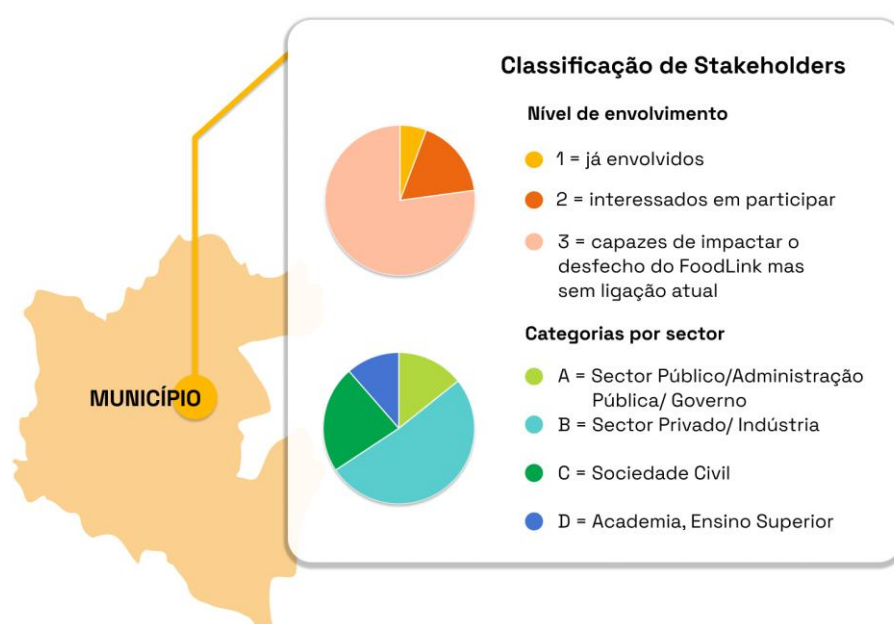


Figura 15 - Representação da classificação de *Stakeholders* de acordo as suas categorias. Elaboração própria.

Assim, mesmo no cartograma de mapeamento para as iniciativas, cada município com Iniciativas ativas é representado com uma cor laranja pálida e é acompanhado de um ponto laranja que conecta o município com os gráficos sectoriais que mostram a proporção da categoria de foco principal em relação ao todo.

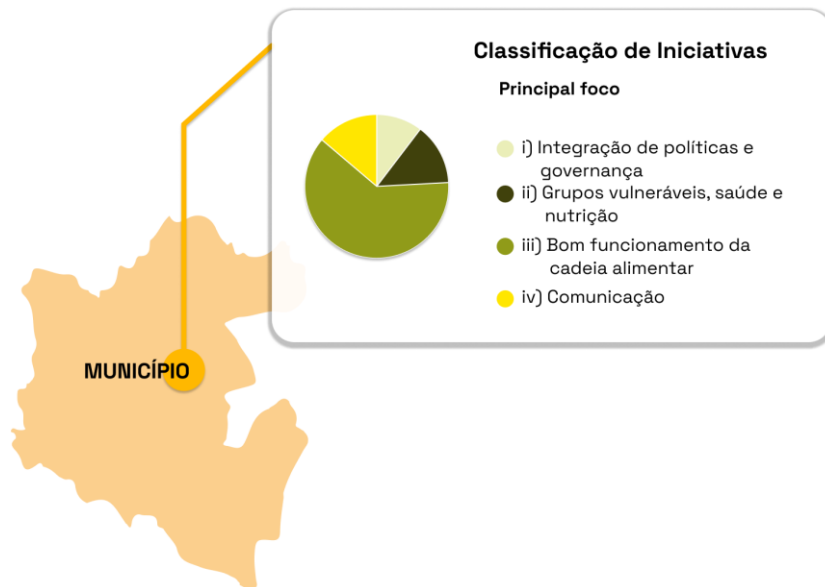


Figura 16 - Representação da classificação de Iniciativas de acordo ao seu foco. Elaboração própria.

Finalmente, para visualizar as quantidades totais de *Stakeholder* ou Iniciativas, utilizou-se um código de variação de tamanhos, onde o tamanho de cada gráfico circular representa uma escala de número de iniciativas. Quanto maior for o gráfico circular, maior é o número de *Stakeholders* ou iniciativas por município.



Figura 17 - Representação da quantidade de Iniciativas e *Stakeholders*. Elaboração Própria.

Nos cartogramas desenvolvidos, também se mostram os municípios que não tiveram nenhum registo de *Stakeholders* ou Iniciativas, representados com a cor cinza.

É importante salientar que os resultados conseguidos não são exaustivos, pois a recolha da informação foi feita através dos representantes das entidades pertencentes à FoodLink e não diretamente no território. Isso indica que a ausência de informação por parte de alguns municípios não significa que não existam Iniciativas ou *Stakeholders* ativos, mas sim que revela as dificuldades sentidas (seja falta de tempo, de técnicos, de dar prioridade a esta tarefa nos múltiplos afazeres que têm) por alguns membros da rede no mapeamento do sistema alimentar local nos seus municípios.

3.4.6 *Willing to Act*

A partir da análise comparativa entre municípios, foi possível entender de forma geral a dinamização do sistema alimentar. A análise permitiu identificar áreas de concentração de Iniciativas e *Stakeholders*, que podem ser de utilidade, pois indicam uma potencialidade importante para alavancar iniciativas e projetos piloto no âmbito das estratégias para a transição alimentar. Partindo desta premissa, formulou-se o conceito de diagnóstico: “*Willing to Act*” que se refere à capacidade atual dos territórios para agir de forma ativa dentro da estratégia que está a ser construída.

A visualização de um mapeamento de “*Willingness to act*” ou de “Predisposição para atuar” em português, marca um ponto de partida na construção de um modelo de governança antecipatória, destacando os municípios que já tem uma governança individualmente fortalecida e que apostam na transição alimentar num futuro próximo. Tendo em conta que o conceito de governança antecipatória refere-se a processos de governança no presente que pretendem antecipar futuros incertos mediante a identificação de conflitos, negociações e construção de convergências, onde processos de priorização de ação são moldados. (Muiderman et al., 2022) Conhecer de antemão as categorias e sectores que tem menos ou mais representação, pode ser um guia para decisões estratégicas na identificação destes conflitos e situações que se pretendem antecipar.

Ainda que os cartogramas desenvolvidos têm muitas oportunidades de melhoria na representação dos dados recolhidos durante a fase de mapeamento de Iniciativas e *Stakeholders*, as informações que representam, lidas de forma cuidadosa, podem desenhar um caminho para abordar os passos seguintes a tomar no âmbito de processos

participativos destinados a construir coletivamente o modelo de governança antecipatória para a estratégia alimentar.

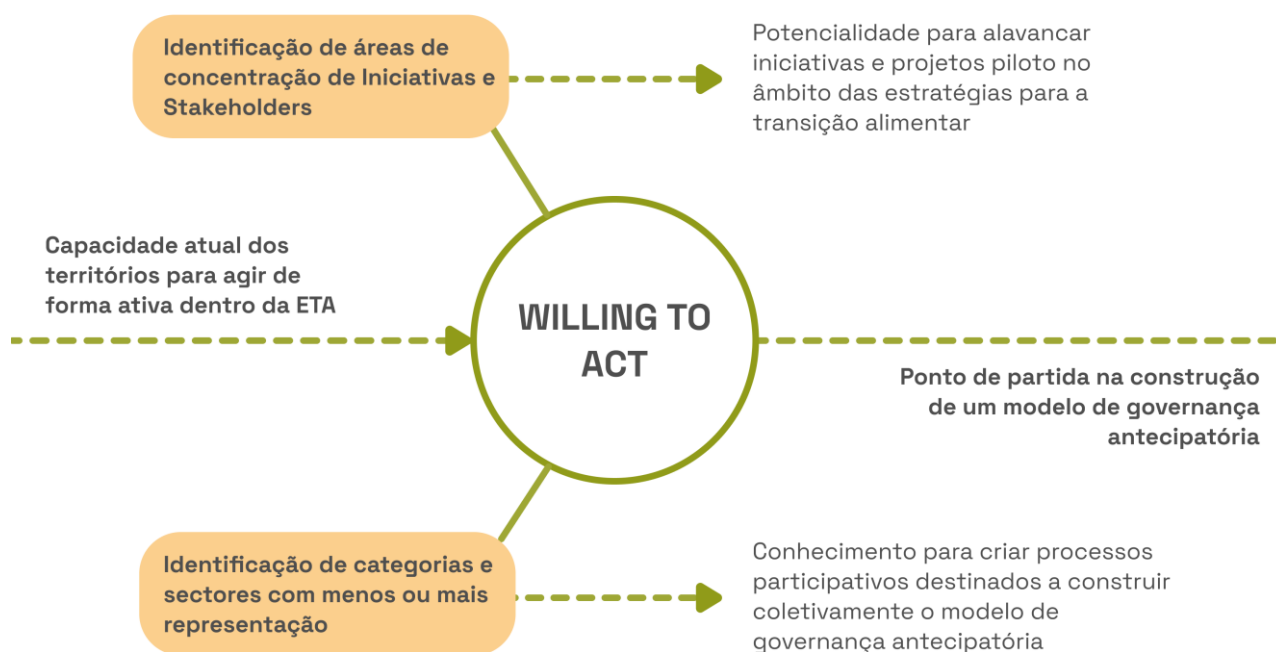


Figura 18 - Esquemática do conceito *Willing to Act*. Elaboração Própria.

O resultado destes mapas cartográficos não é só para uso interno da equipa ICS. Estes foram desenvolvidos para o conhecimento da rede FoodLink, portanto são um contributo para que os membros da rede tenham um apoio de representação visual sobre a predisposição de ação municipal. Esta representação visual, fornece um meio eficaz de validar o sucesso das ações municipais em andamento, possibilitando que as áreas com mapeamento menos robusto identifiquem lacunas e direcionem seus esforços para melhorar a compreensão das suas respectivas realidades alimentares. Por outro lado, nos municípios com um maior número de iniciativas já registadas, a visualização do “*Willing to act*” permite uma coordenação mais eficiente entre as várias partes interessadas, possibilitando a sinergia e o alinhamento de esforços. Esta abordagem promove a colaboração e a troca de conhecimento entre municípios, contribuindo para a promoção de estratégias de sucesso e a disseminação das melhores práticas.

Tendo em conta que de acordo com as experiências de outras cidades, a construção de uma Estratégia de Transição Alimentar, é um processo contínuo que vai evoluindo no tempo e que se vai adaptando aos diferentes ambientes e cenários que vão surgindo,

coloca-se a pergunta sobre a possibilidade de ter mapeamentos visuais que possam co-evoluir com as dinâmicas da rede. Desta forma, obtém-se um recurso antecipatório fixo que é alimentado pelos pontos de decisão que vão surgindo nas diferentes fases da Estratégia.

3.4.7 Reuniões Sectoriais

O terceiro ponto dentro do Plano de envolvimento e participação de interessados que decorre ao longo do período de elaboração da ETA – AML foi estabelecido como Reuniões Setoriais. Estas tiveram lugar em 5, 6, 7 e 8 de setembro num formato de debate em três localidades diferentes, consoante o tema a tratar e enquadradas pelas 4 dimensões: a produção, distribuição, consumo e resíduos. Cada reunião focou-se numa dimensão específica e, portanto, cada dia contou com a participação de atores diferentes, sendo que cada grupo de atores estava relacionado com a dimensão setorial trabalhada na sessão.

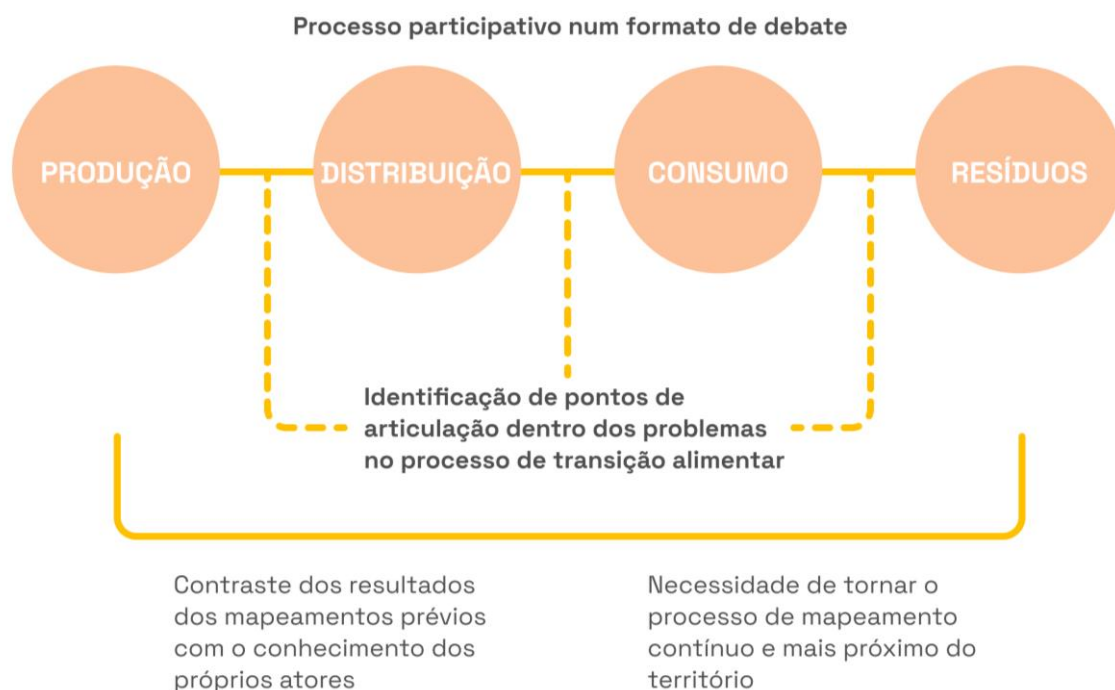


Figura 19 - Esquema do processo participativo: Reuniões Sectoriais. Elaboração Própria.

O apoio dentro desta dinâmica participativa foi realizado após a conclusão do estágio. No entanto, uma vez que isso representou uma grande contribuição para a análise realizada em relação à governança antecipatória, é importante mencioná-lo neste relatório.

Infelizmente, devido ao facto de os participantes terem assinado um consentimento informado que impede a divulgação dos temas discutidos e dos resultados das reuniões, não foi possível incluir informações específicas sobre as dinâmicas internas da rede. No entanto, a participação nessas reuniões permitiu à autora obter um melhor entendimento das dinâmicas institucionais do sistema alimentar e de suas componentes. Isso, por sua vez, permitiu fazer algumas considerações sobre a dinâmica desenvolvida e o valor que isso representou para os próximos passos na construção da ETA-AML.

A dinâmica participativa, segmentada por setores do sistema alimentar, foi muito enriquecedora. As interações entre atores com conhecimento alinhado no mesmo setor e experiências semelhantes enriqueceram muito a discussão. Quando se trata de identificar pontos de articulação dentro dos problemas ou dificuldades que surgem em um processo de transição alimentar, o entendimento do setor traz clareza aos passos a serem tomados. E não há melhor entendimento do setor do que conversar com os atores que o compõem. Ao longo de processos participativos como este, foi crucial contrastar os resultados dos mapeamentos prévios com o conhecimento dos próprios atores sobre as suas realidades locais nos diversos setores do sistema alimentar. Surgiram muitas informações, e a percepção de uma grande lacuna entre a realidade e os dados registados mostrou a necessidade de tornar o processo de mapeamento contínuo e mais próximo do território.

O desenvolvimento dessas reuniões representou um passo importante para entender que os membros da rede têm percepções diferentes sobre a ETA, o que ressalta a necessidade de esclarecer algumas dimensões da estratégia e encontrar ferramentas que facilitem a construção de uma base de entendimento comum dentro da rede. Além disso, foi crucial perceber as diferentes atitudes dos representantes das entidades, que, em alguns casos, estão menos inclinados a fazer mudanças em prol de uma transição alimentar. Portanto, reconhecer a urgência de contabilizar e demonstrar os benefícios econômicos, sociais e ambientais para os atores envolvidos.

Embora, como é de esperar, todos os membros da rede para a transição alimentar estejam interessados e tenham a vontade de fazer esforços para atingir a meta, para algumas entidades é preciso ter uma evidência mais palpável dos benefícios que isso vai trazer e da viabilidade económica que implica para a região. Portanto, foi interessante ouvir pontos de vista divergentes que colocaram em evidência algumas pressões políticas que

devem ser, certamente, uma componente a considerar na formulação de um modelo de governança antecipatória.

Nunca é fácil negociar num ambiente em que já existem algumas hierarquias estabelecidas, que podem predominar sobre os interesses da rede. Por isso, é importante continuar a construir espaços colaborativos seguros. O conceito de antecipatório, se for conceptualizado como o conjunto de práticas utilizadas para imaginar futuros desejados ou plausíveis, pode oferecer um espaço de colaboração temporário para explorar a mudança transformadora de uma forma relativamente segura (Hebinck et al., 2018).

3.5 Governança Antecipatória partir de processos participativos

No percurso do estágio conseguiu-se identificar o conceito de processo participativo como ferramenta para a construção do modelo de governança antecipatório para a ETA-AML. A participação é um fator que dá força às instituições, promove soluções orientadas na construção de uma melhor comunidade num nível social e ambiental. Com este impulso participativo é possível estimular a construção de soluções inovadoras. (Vasconcelos, 2008)

Sendo que a estratégia para a transição alimentar da AML é desenvolvida no âmbito da rede FoodLink, poderia afirmar-se que os processos participativos estão implícitos. É uma rede constituída por uma serie de atores que formam uma comunidade sustentável que funciona como um modelo participativo. No entanto, isto não garante processos participativos inclusivos e contínuos, estes processos não se criam da participação informal em diferentes cenários. Requerem uma organização prévia, um processo criativo importante em que se desenha a trajetória da atividade de acordo com as informações que se querem construir ou recolher.

Estes processos criativos que facilitam as atividades participativas, são desenvolvidos dentro da rede FoodLink pelos representantes da academia, nomeadamente a equipa do ICS. Por detrás da construção das atividades que constituem os processos participativos, existe uma aproximação pelo design, que busca explorar soluções que rompam com os métodos existentes juntando um grupo com uma heterogeneidade de atores que consiga

levar à concepção de ideias originais e variadas e que tenha a capacidade de apoiar a exploração de soluções disruptivas. (Coeugnet et al., 2023)

Tendo em conta o poder dos processos participativos como impulsionadores de inovação, promovidos por agentes dentro de um sistema que busca mudar a sua estrutura, os processos participativos surgem como a via ideal para a construção de um modelo de governança antecipatória para o Sistema Alimentar da AML. Dentro da rede FoodLink, os atores que fazem parte do sistema alimentar têm trabalhado durante muito tempo numa organização que prioriza um modelo produtivista e pouco sustentável. Portanto, eles possuem o conhecimento das dinâmicas que as suas atividades dentro do sistema envolvem e têm clareza das mudanças necessárias na organização estrutural do sistema, o que lhes permite projetar cenários futuros a serem considerados com mais facilidade. Os processos de participação tornam-se, assim, vias para abordar uma governança antecipatória. Essa governança, baseada em processos de antecipação, age como uma plataforma que permite identificar conflitos, promover negociações e construir pontos de convergência, influenciando o processo de priorização de ações. Portanto, os processos colaborativos e de participação são ideais para explorar, prever e experimentar soluções de governança que promovam a sua plena implementação. (Oliveira et al., 2023)



Figura 20 - Síntese da ligação entre Governança participativa e Governança Antecipatória. Elaboração própria.

Os processos de antecipação podem ajudar a incluir diversas perspectivas, mobilizar diferentes grupos, explorar futuros alternativos e criticar pressupostos. Sem estas abordagens pluralistas e críticas, as vozes perdem-se, as perspectivas são excluídas, as acções tornam-se indesejavelmente *Top-Down* e as capacidades de transformação de sistemas insustentáveis são desperdiçadas. (Muiderman et al., 2022)

3.5.1 Processos participativos na elaboração da ETA-AML

Durante o estágio, foi possível participar na organização e desenvolvimento de três processos participativos relevantes na construção da ETA-AML, mencionados nos pontos anteriores (Workshop, mapeamento e reuniões setoriais). Isso permitiu uma aproximação importante às dinâmicas de interação entre os membros da rede FoodLink, com um conhecimento prévio das entidades participantes e dos respetivos focos.

Os processos participativos como ferramenta de inovação social foram um dos temas de interesse durante o curso de Design para a Sustentabilidade. Portanto, ter uma aproximação sobre como esses processos podem ser aplicados no desenvolvimento de uma Estratégia Alimentar foi uma experiência muito enriquecedora, que evidenciou múltiplos desafios que precisam ser superados para que sejam processos eficazes. Ao mesmo tempo, foi possível entender a importância desses processos na construção de conhecimento, confirmando o quão fundamentais são para garantir políticas mais eficazes que atendam às necessidades da comunidade e, no caso da FoodLink, dos membros da rede.

Pesquisas relacionadas a processos de participação afirmam que os atores envolvidos nesses processos desempenham um papel fundamental na pré-concepção de mudanças transformadoras. Deve-se levar em consideração a qualidade e a quantidade da participação. No caso da quantidade, refere-se à variedade de atores que representam efetivamente os interesses dos *Stakeholders*, enquanto a qualidade diz respeito às dinâmicas sociais durante os processos que permitem que todas as vozes sejam ouvidas. Uma combinação adequada de atores dentro de um processo participativo torna-se fundamental para enfrentar o desafio da transição (Hebinck et al., 2018)

Uma vez que as informações internas da rede não podem ser divulgadas, os processos participativos foram analisados do ponto de vista metodológico, tendo em conta a qualidade mencionada por Hebinck et. al. (2018). Como é que as dinâmicas desenvolvidas dentro destes processos participativos podem contribuir para a construção de recursos para a formulação da ETA-AML? Quais foram as principais dificuldades encontradas durante a interação dos participantes?

Dado que os três processos participativos implementados durante o estágio apresentaram notáveis diferenças entre si, como já explicado anteriormente, realizou-se uma análise superficial para identificar os aspectos positivos, os desafios enfrentados e as possibilidades de melhoria.



Figura 21 - Representação dos processos participativos desenvolvidos e a sua relação com o design. Elaboração própria.

Os processos participativos mais relevantes realizados foram concebidos sob a forma de workshops. Nestes workshops, promoveu-se o trabalho em grupo para criar o mapeamento ou recolher informações que pudessem revelar pontos de conflito. Foram atividades de grupo em que os participantes tinham à disposição recursos físicos básicos, como mapas técnicos ou formulários para preencher à mão.

Foi notado que houve momentos de inatividade, nos quais os participantes não interagiram muito ou se desviaram do tópico em discussão. Ao mesmo tempo, houve momentos muito ativos em que os participantes discutiram temas interessantes relacionados com a articulação de iniciativas ou setores. No entanto, algumas informações dessas discussões informais não foram registradas, uma vez que não eram o foco no momento. Essas informações poderiam ser importantes para analisar as interações entre as entidades da FoodLink, ajudando a construir o modelo de governança antecipatória, que, essencialmente, definiria como a rede se iria articular para tornar as iniciativas mais eficazes e para que o sistema como um todo funcionasse como um exemplo claro de um modelo alimentar alternativo viável.

Através do design, foi possível identificar algumas áreas que podem ser melhoradas para garantir que as informações recolhidas sejam mais eficazmente aproveitadas. Dado que a rede já está aberta a métodos participativos, como workshops, poderiam ser implementadas formas de participação com uma base didática, incentivando mais a participação ativa e o desenvolvimento de ideias inovadoras por parte dos participantes. Além disso, é importante considerar o tratamento posterior das informações. Infelizmente, a recolha manual de iniciativas pode resultar em lacunas de informação devido à dificuldade de processar os dados. Esses detalhes poderiam ser planeados com uma abordagem de design nos processos de participação.

A colaboração dos participantes promove um ambiente propício à partilha de conhecimentos e experiências, incentivando a criação de redes e a aprendizagem mútua. Essa partilha de informações é fundamental para o desenvolvimento de soluções mais eficazes para promover o progresso coletivo. As contribuições dos participantes refletem o compromisso e o envolvimento na busca de objetivos comuns, fortalecendo a coesão e a eficácia da comunidade envolvida no workshop.

4 Conclusões

A Estratégia para a Transição Alimentar está a ser construída num tempo recorde. Embora a rede FoodLink tenha dois anos de trabalho na consolidação de uma rota de ação, a estratégia começou a ser preparada apenas em março e deve ser consolidada em dezembro de 2023. Isso implica algumas limitações em relação à criação de nova informação que permita preencher as lacunas encontradas durante o processo de caracterização e diagnóstico. Certamente, o caminho que será percorrido ainda é muito longo e implicará que a ETA-AML esteja em constante evolução e acompanhamento de dinâmicas participativas que continuem a articular as diversas entidades que compõem a rede.

Os contributos dos processos participativos são o que tornam a construção da ETA-AML mais inovadora e, provavelmente, também mais viável. A abordagem Bottom-Up identificada por Oliveira (Oliveira, 2022) durante o processo de criação da rede é necessariamente apoiada por processos participativos e inclusivos que abrem espaços seguros para a deliberação, sem excluir nenhum ator. Esses processos permitem a articulação de ideias e ações inerentes à FoodLink, o que enriquece a ETA-AML com informações relevantes para uma verdadeira transição. A transição alimentar é definitivamente realizada pelos atores do sistema. Portanto, os esforços conjuntos da rede FoodLink são completamente necessários para estabelecer uma comunicação fluida e contínua entre os atores, com o objetivo de manter o espaço seguro que vem sendo construído desde o início da rede.

O design é um eixo invisível que está implicado transversalmente na construção da ETA-AML e pode ser melhor aplicado ao longo da mesma. Nomeadamente na conceção do modelo de governança antecipatória que será construído na sua terceira fase, o design pode facilitar processos participativos. O uso de apoios visuais e didáticos pode ser uma grande ajuda para que os membros da FoodLink consigam perceber melhor as dinâmicas que se querem abordar e, a partir da sua experiência, sejam capazes de expor as suas ideias e necessidades como parte ativa do sistema alimentar, para assim articular-se consequentemente com o coletivo.

A construção de uma Estratégia de Transição Alimentar é um processo contínuo que precisa evoluir ao longo do tempo e se adaptar aos diferentes ambientes e cenários que se

apresentam. Portanto, é essencial ter suportes visuais que possam evoluir juntamente com as dinâmicas da rede e registrar o seu progresso. Assim, o design pode contribuir para criar um recurso antecipatório sólido que alimentará os pontos de decisão que surgirão nas diferentes fases da Estratégia.

Por fim, o desenvolvimento deste relatório e do estágio no âmbito de uma Estratégia de Transição Alimentar que está sendo construída em tempo real revelou um cenário de esperança, cheio de possibilidades para criar e imaginar futuros alternativos nos quais a sustentabilidade é uma realidade. Para a autora, conhecer uma rede que reúne muitas pessoas com o mesmo propósito de transformar o sistema alimentar num sistema sustentável, saudável e inclusivo ao serviço da comunidade e do seu bem-estar foi o maior contributo que este trabalho trouxe para o seu crescimento pessoal e profissional.

5 Considerações Finais

O estágio desenvolvido mostrou a possibilidade de aplicar o Design para a Sustentabilidade num contexto real. Foi possível ver como as competências aprendidas durante o curso como por exemplo, a compreensão e interligação dos fatores constituintes duma realidade social, ambiental e económica dentro de um território; a análise e interpretação crítica na investigação de questões sociais e ambientais; a formulação de conceitos congruentes com as necessidades do território; podiam-se aplicar no desenvolvimento de múltiplas tarefas e processos que iam aparecendo na formulação da Estratégia.

Durante o curso de “Design para a Sustentabilidade”, definido como um mestrado interdisciplinar, aprendeu-se a formular e desenvolver projetos de design de índole territorial com um enfoque social, ambiental e económico, utilizando metodologias de design que facilitavam a compreensão dos processos dentro do território e identificavam os atores pertinentes para os mesmos. Na experiência da autora dentro do estágio, foi exatamente isso o que se desenvolveu, com a diferença que a abordagem que se fez foi a partir de metodologias das ciências sociais.

Ainda que durante o estágio o desenvolvimento da ETA-AML não era nomeado como Design, pode-se concluir que o design esteve presente durante todo o processo. Embora seja abordado a partir das ciências sociais, muitas das fases relacionavam-se com uma abordagem de design de processos. Conceber soluções inovadoras para o funcionamento de um sistema alimentar considerando tudo o que envolve o território é um processo de Design para a Sustentabilidade, mesmo sem ser abordado a partir de metodologias como “Design Thinking” ou “Design de processos”. Considera-se importante reconhecer o espaço do design num âmbito que não parece evidente, mas que pode contribuir para o desenvolvimento de soluções de maior impacto.

Retomando o capítulo anterior, a autora atribui importância a possibilidade de usar metodologias de design para chegar a soluções mais inovadoras. Todos os processos adiantados dentro da ETA-AML podiam ser potenciados através de metodologias de design, abrindo mais espaço a criatividade e a experimentação. Os processos participativos por exemplo, podiam beneficiar-se na sua formulação identificando os

perfis dos participantes, entendendo quais são os melhores meios de interação, analisando as atividades a desenvolver e olhando a partir de um lugar desconhecido.

Coincidindo assim com a reflexão de Vasconcelos,

“há todo um caminho político a percorrer no sentido de demonstrar que o Design pode ter um papel muito relevante junto de instituições públicas e privadas. As competências do Designer para a sustentabilidade ajudam a promover soluções para um mundo melhor, mais amigo do ambiente e mais equilibrado. É nossa convicção que o Design tem um papel importante na criação de valor para todos os tipos de organizações, comunidades e planeta”. (Vasconcelos, pg.65, 2017)

Fica então a motivação de continuar a aprender e contribuir, a partir do design, para a transição alimentar que está a acontecer globalmente. A mais valiosa descoberta para a autora, dentro deste processo de finalização do curso, foi perceber a direção em que quer trabalhar. Depois de aprofundar o tema de transição alimentar, ficou claro que existe um grande espaço criativo na conceção de soluções inovadoras no desenvolvimento de projetos territoriais para trabalhar a partir das metodologias do design. No futuro, será interessante e enriquecedor fazer investigação que desenvolva estes processos de design dentro da implementação da ETA-AML em parceria com a FoodLink.

6 BIBLIOGRAFIA

- A Bettencourt, L. M., Lobo, J., Helbing, D., Kühnert, C., & West, G. B. (2007). *Growth, innovation, scaling, and the pace of life in cities*. www.pnas.org/cgi/content/full/
- Burger, J. R., Brown, J. H., Day, J. W., Flanagan, T. P., & Roy, E. D. (2019). *The Central Role of Energy in the Urban Transition: Global Challenges for Sustainability*.
- Coeugnet, P., Labatut, J., Duval, J., & Vourc'h, G. (2023). Including citizens through co-design in a participatory research project to explore innovative agro-food systems: the case of future dairy livestock systems. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 7. <https://doi.org/10.3389/fsufs.2023.1098295>
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa, & Área Metropolitana de Lisboa. (2022). *FoodLink Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa*.
- Comissão Europeia. (2019). *Pacto Ecológico Europeu*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=CELEX:52019DC0640&from=SL>
- Comissão Europeia. (2020). *Do Prado ao Prato- Pacto Ecológico Europeu*. <https://journals.openedition.org/cidades/3026>
- Crotty, M. (2015). *The Foundations of Social Research: Meaning and Perspective in the Research Process*.
- FAO. (2021). The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. In *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. <https://doi.org/10.4060/cb4474en>
- FAO, & RUAF Foundation. (2015). *City Region Food Systems - Building sustainable and resilient city regions*.

- Ferreiro, M. de F., Salavisa, I., Bizarro, S., & Soares, M. (2020). O sistema alimentar em Portugal: Transições para a sustentabilidade e políticas públicas. *Cidades*, *41*, 177–195. <https://doi.org/10.15847/CCT.20500>
- Galli, A., Iha, K., Moreno Pires, S., Mancini, M. S., Alves, A., Zokai, G., Lin, D., Murthy, A., & Wackernagel, M. (2020). Assessing the Ecological Footprint and biocapacity of Portuguese cities: Critical results for environmental awareness and local management. *Cities*, *96*. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2019.102442>
- GPP/Ministério da Agricultura. (2016). *Equilíbrio da Balança Alimentar, fator de sustentabilidade da economia nacional*.
- Hebinck, A., Vervoort, J. M., Hebinck, P., Rutting, L., & Galli, F. (2018). Imagining transformative futures: Participatory foresight for food systems change. *Ecology and Society*, *23*(2). <https://doi.org/10.5751/ES-10054-230216>
- ICS. (n.d.). <https://www.ics.ulisboa.pt/>.
- Milan Urban Food Policy Pact. (2015). <https://www.milanurbanfoodpolicypact.org/>.
- Moragues-Faus, A., & Morgan, K. (2015). Reframing the foodscape: the emergent world of urban food policy. *Environment and Planning A*, *47*(7), 1558–1573. <https://doi.org/10.1177/0308518X15595754>
- Muiderman, K., Zurek, M., Vervoort, J., Gupta, A., Hasnain, S., & Driessen, P. (2022). The anticipatory governance of sustainability transformations: Hybrid approaches and dominant perspectives. *Global Environmental Change*, *73*. <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2021.102452>
- Oliveira, R. (2022). FoodLink—A Network for Driving Food Transition in the Lisbon Metropolitan Area. *Land*, *11*(11). <https://doi.org/10.3390/land11112047>
- Oliveira, R., & Cancela, J. (2017). Bem comer para responsável ser. Por uma estratégia de planeamento alimentar urbano. In *ALFACES NA AVENIDA Estratégias para (bem) alimentar a cidade*.
- Oliveira, R., Mourato, J., Truninger, M., Távora, G., & Linares, F. (2023). *Estratégia para a Transição Alimentar na AML - Entregável #2*.

- Oliveira, R., & Truninger, M. (2022). *A Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa*.
- Saraiva, R. (2017). Ética e Justiça Alimentar na Cidade: Os Desertos Alimentares. In *ALFACES NA AVENIDA Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1st ed., pp. 80–85).
- Sonnino, R., & Spayde, J. J. (2014). “The ‘new frontier’?: Urban strategies for food security and sustainability.” In *Sustainable Food Systems* (pp. 186–205). Routledge.
- Sul, S. (2022). Cultivar a transição alimentar, colher sistemas mais resilientes. *Smart Cities*.
- Vara-Sánchez, I., Gallar-Hernández, D., García-García, L., Morán Alonso, N., & Moragues-Faus, A. (2021). The co-production of urban food policies: Exploring the emergence of new governance spaces in three Spanish cities. *Food Policy*, 103, 102120. <https://doi.org/10.1016/J.FOODPOL.2021.102120>
- Vasconcelos, A. T. (2008). *Future Food Towards Sustainable Food Pattern*.
- Vasconcelos, A. T. (2017). Soluções (sedutoras) de Design para uma alimentação sustentável . In *ALFACES NA AVENIDA Estratégias para (bem) alimentar a cidade* (1st ed., pp. 61–66).
- Yacamán, C., & Olmo, R. M. (2014). *La gobernanza territorial y alimentaria como base para la protección y dinamización del espacio agrario periurbano. Estudio de caso del parque agrario de Fuenlabrada (comunidad de Madrid)*.
- Yuan, M. H., & Lo, S. L. (2022). Principles of food-energy-water nexus governance. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, 155, 111937. <https://doi.org/10.1016/J.RSER.2021.111937>
- Zerbian, T., & de Luis Romero, E. (2023). The role of cities in good governance for food security: lessons from Madrid’s urban food strategy. *Territory, Politics, Governance*, 11(4), 794–812. <https://doi.org/10.1080/21622671.2021.1873174>

